

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

Com o novo formato estreado na edição de agosto de 2020, a publicação foi reformulada com nova configuração das seções.

Inicialmente é trazido o **Sumário Executivo**, que reúne as principais informações de cada seção do Boletim permitindo uma visualização mais rápida do panorama geral da conjuntura econômica do mês. A antiga seção de Cenário Econômico foi transformada em Atividade Econômica; a seção de Crédito foi modificada para Preços, Juros e Crédito, abordando novos elementos; e a seção de Comércio Exterior foi descontinuada, com as informações sobre as atividades de comércio internacional referentes à indústria sendo incorporadas à seção de Desempenho Industrial. A seção de Finanças Públicas Estaduais não sofreu alterações.

Desta forma, o novo formato do Boletim está organizado na seguinte ordem: após o Sumário Executivo, a primeira seção traz o **Assunto em Destaque**. Neste mês a análise se dá sobre a inflação brasileira no contexto da pandemia de Covid-19.

A segunda seção – **Atividade Econômica** – aborda os aspectos conjunturais no mundo, no Brasil e no Espírito Santo. São avaliados os últimos dados setoriais e de atividade econômica para o país e para o estado, além dos números da arrecadação federal. Neste mês há, ainda, um **box** especial sobre o mecanismo do teto de gastos.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os resultados de julho para a produção física brasileira e capixaba. A seção ainda aborda os números referentes à produção de petróleo e gás natural, às exportações do setor industrial, às cotações das principais commodities, ao consumo e produção de energia elétrica e à confiança dos empresários industriais.

A quarta seção – **Preços, Juros e Crédito** – traz os números sobre a inflação, as taxas de juros, de spread e de inadimplência, além dos montantes de crédito no país e no estado. Neste mês um **box** especial aborda os programas de crédito federal e estadual destinados às empresas afetadas pela pandemia.

A quinta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa os números do Governo do Estado de janeiro a agosto, mostrando queda nas receitas e ampliação das despesas, especialmente nos gastos com saúde em função do enfrentamento da pandemia.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: http://bit.ly/DadosBEC_Setembro20.

O Ideies também produz, às terças e sextas-feiras, o boletim de acompanhamento da Covid-19 no Espírito Santo: <https://findes.com.br/medidascoronavirus/boletinsdoideies>

Ótima leitura!

Seções

Sumário Executivo	02
1. Assunto em Destaque - A inflação brasileira no contexto da pandemia de Covid-19	06
2. Atividade Econômica	11
3. Desempenho Industrial	17
4. Preços, Juros e Crédito	23
5. Finanças Públicas Estaduais	28
6. Comentários Finais	32

Sumário Executivo

No mês de setembro foram conhecidos os indicadores de desempenho econômico do Brasil e do Espírito Santo referentes ao segundo trimestre de 2020, período mais afetado pelas medidas restritivas impostas em função da pandemia da Covid-19. Em todas as bases de comparação os dados foram negativos, tanto para o país quando para o estado, sendo as quedas mais intensas neste último.

O PIB brasileiro contraiu -9,7% no 2º trimestre em comparação com o 1º trimestre, com ajuste sazonal, conforme informação do IBGE. **Para o Espírito Santo, a estimativa do PIB medida pelo IAE-Findes (Indicador de Atividade do Espírito Santo) mostrou que a economia capixaba retraiu -12,2% na passagem do 1º para o 2º trimestre** também com ajuste sazonal, segundo resultado negativo consecutivo.

Varição (%) dos indicadores de atividade econômica – 2º trimestre de 2020

Indicadores Trimestrais	2º trim. 2020 / 1º trim. 2020 ¹	2º trim. 2020 / 2º trim. 2019	Últimos 4 trim. / 4 trim. anteriores
IAE-Findes (%)	-12,2	-12,3	-4,1
PIB Brasil (%)	-9,7	-11,4	-2,2

¹ Valores com ajuste sazonal

Fonte: IBGE; Ideies

Elaboração: Ideies/Findes

De acordo com o relatório Focus, as expectativas do mercado para o PIB do Brasil deste ano, apesar de serem de queda, estão sendo menos pessimistas a cada semana.

Nas últimas três semanas as projeções do PIB passaram de -5,11% para -5,05% e chegou a -5,04% no último levantamento. Para o PIB de 2021, a expectativa é de crescimento em torno de 3,0%. Também no que diz respeito a expectativas menos pessimistas, **a OCDE revisou para -4,5% a projeção do PIB mundial de 2020, que havia sido estimada em -6,0% em junho.**

Para o início do 3º trimestre, as pesquisas conjunturais do IBGE e do Banco Central referentes a julho apontam para a retomada das atividades, tanto a nível nacional quanto estadual. **O índice de atividade econômica do Banco Central para o Brasil (IBC-BR) avançou 2,15% na passagem de junho para julho, com ajuste sazonal. Para o Espírito Santo, o IBCR-ES de julho aumentou 4,64% na variação marginal.** Contudo, apesar do desempenho positivo do mês de julho, nem todas as atividades retornaram aos patamares da pré-pandemia, ou seja, de janeiro e fevereiro desse ano.

Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Jul 2020 / Jun 2020 ¹	Jul 2020 / Jul 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	2,15	-4,89	-5,77	-2,90
Índice de atividade econômica regional ES	4,64	-4,76	-6,24	-4,51
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	8,0	-3,0	-9,6	-5,7
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	28,3	-13,4	-19,7	-19,6
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	5,2	5,5	-1,8	0,2
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,7	8,7	0,0	1,4
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	7,2	1,6	-6,2	-1,9
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	5,2	7,2	-2,5	0,3
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	2,6	-11,9	-8,9	-4,5
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	2,2	-14,0	-8,8	-3,4

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

Especificamente sobre o desempenho da indústria, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de julho do IBGE, a produção da indústria brasileira acumulou uma queda de -5,7% nos últimos 12 meses. **Contudo, na passagem do mês de junho para julho, a indústria nacional apresentou o terceiro crescimento consecutivo nessa base de comparação (8,0%).**

Na mesma direção da produção nacional, porém com maior intensidade, a indústria do Espírito Santo reduziu em -19,6% no acumulado dos últimos 12 meses. **O mesmo se observou na passagem de junho para julho, em que a produção física da indústria geral do Espírito Santo expandiu em 28,3%, variação recorde e acima da média nacional.**

Variação (%) da produção industrial, Espírito Santo – julho de 2020

Sector e atividades	Jul 2020/ Jun 2020*	Jul 2020/ Jul 2019	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	28,3	-13,4	-19,7	-19,6
Indústrias extrativas	34,6	-24,5	-28,9	-27,1
Indústrias de transformação	17,1	-4,0	-11,6	-12,7
Fabricação de produtos alimentícios	48,4	14,8	-3,5	-1,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	22,0	50,1	5,7	-19,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	9,2	-4,9	-13,7	-5,7
Metalurgia	7,3	-38,7	-23,7	-21,5

(*) Dados dessazonalizados

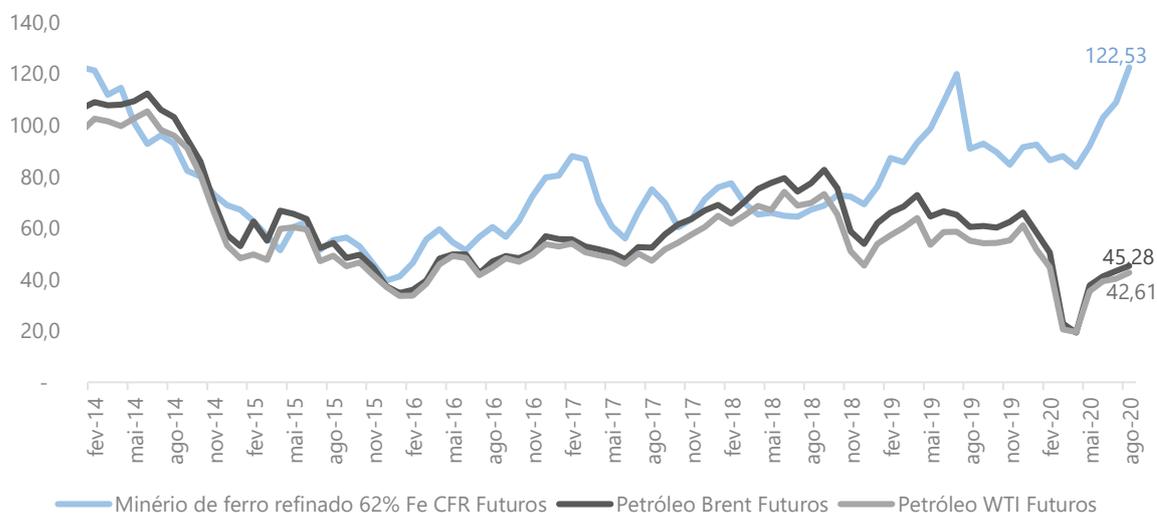
Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

No campo do comércio exterior, no acumulado de janeiro a agosto de 2020, o valor das vendas externas da indústria do Espírito Santo caiu -23,6% (-US\$ 1,5 bilhão) frente ao mesmo período do ano anterior, enquanto a variação das exportações nacionais do setor foi de -9,8%. **Na passagem de julho para agosto, o valor das exportações industriais do Espírito Santo cresceu 20,1% e totalizou US\$ 365,2 milhões neste último mês.**

Também em agosto, a cotação internacional das principais commodities produzidas no Espírito permaneceu com trajetória de recuperação, após uma forte depreciação no período de fevereiro a maio de 2020. Outro aspecto positivo para a indústria do Espírito Santo é a expansão da geração de energia elétrica (921,7MW Med) em agosto de 2020. Em comparação com o mesmo mês de 2019, **a geração de energia no estado aumentou em 18,6%, enquanto a nacional cresceu em 0,2%.**

Evolução mensal das cotações do petróleo, Brent e WTI, e do minério de ferro



Fonte: Investing.com

Elaboração: Ideies / Findes

Na esteira destes resultados, que indicam recuperação do setor industrial, está a confiança do empresário industrial sobre a economia no Espírito Santo, medida pelo ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial), que expandiu 3,1 pontos na passagem de agosto para setembro de 2020. **Ao crescer pela quarta vez consecutiva, o ICEI atingiu o maior valor para o indicador desde fevereiro (62,7 pontos), indicando que o empresário industrial capixaba retomou o nível de confiança anterior ao início da pandemia de Covid-19.** Em setembro, os industriais enxergaram melhora da situação atual para os negócios pela primeira vez após cinco meses de avaliação negativa.

Ainda no mês de setembro, **a 233ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deliberou pela manutenção da taxa básica de juros da economia aos 2,00% a.a.**, interrompendo um ciclo de quedas. O Copom avaliou que a inflação deve se elevar no curto prazo mas que, dada a conjuntura econômica, não pretende reduzir o grau de estímulo monetário enquanto as expectativas de inflação no horizonte relevante para a política monetária não estejam próximas da meta de inflação. Na mesma reunião, o Copom confirmou o uso de um instrumento de política monetária adicional, conhecido como *forward guidance* ("orientação futura").

Sobre a inflação em 2020, os últimos dados, referentes ao mês de agosto, mostram que o IPCA ficou em 2,44% no acumulado em 12 meses para o Brasil, patamar bastante próximo ao registrado para a Região Metropolitana da Grande Vitória (2,45%), e abaixo da meta de inflação para o ano (4,00%). No acumulado de janeiro a agosto, o índice de preços do Brasil registra alta de 0,70% e a RMGV tem elevação de 0,92%. Já o IPCA mensal, na passagem de julho para a agosto, foi de 0,24% no Brasil e de -0,03% localmente.

Embora a variação do IPCA do país (0,70%) entre janeiro e agosto de 2020 seja a menor desde o Plano Real (1994), a análise dos grupos revela que a inflação em Alimentação e bebidas (4,91%) é 4,21 pontos percentuais superior à registrada pelo índice geral. **Na RMGV, a inflação dos alimentos e bebidas é ainda maior (6,95%) do que a média do Brasil.**

Conforme abordado na **Seção Destaque** deste Boletim, os preços dos alimentos nos últimos meses sofreram impactos da desvalorização do câmbio, da maior demanda externa, do aumento do consumo em domicílio, do aumento com os custos de embalagem e de alguns produtos agrícolas que se encontram na entressafra.

IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada de janeiro a agosto de 2020 (%)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

Na análise conjuntural do mercado de crédito, o saldo da carteira de crédito no Brasil registrou um montante R\$ 3,7 trilhões, dos quais R\$ 1,6 trilhão foram destinados às empresas e R\$ 2,1 trilhões para as famílias. O saldo total apresentou uma variação interanual de 11,3% em julho, com uma aceleração em relação ao crescimento registrado em junho (9,9%), impulsionado pelo aumento do montante de crédito às empresas na comparação com julho de 2019.

Para o Espírito Santo, o montante de crédito totalizou R\$ 54,6 bilhões em julho e o saldo destinado às empresas capixabas foi de R\$ 22,9 bilhões, com um aumento de 12,8% em relação ao registrado em julho de 2019. Para as famílias, o crédito alcançou R\$ 31,7 bilhões, com um crescimento de 4,1% na comparação interanual.

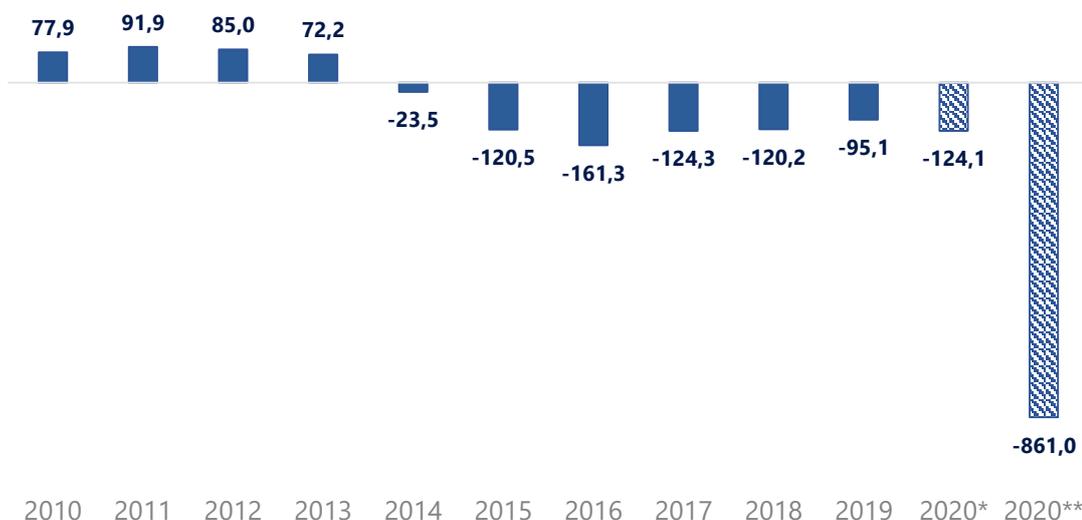
A taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil recuou novamente e ficou em 2,8% no mês de julho, devido às quedas na inadimplência das operações de crédito com as empresas e com as famílias. **No Espírito Santo, a taxa de inadimplência saiu de 2,9% para 2,7% na passagem de junho para julho.**

No campo das finanças públicas **os dados do Governo do Espírito Santo mostram que no mês de agosto houve queda de -14,4% nas receitas em comparação ao mesmo mês do ano passado.** Mesmo com o recebimento extra de R\$ 250 milhões via transferências da União como auxílio ao enfrentamento da pandemia, a queda em outras fontes, como os R\$ 306 milhões a menos recebidos via Participações Especiais referente às atividades de exploração de petróleo, contribuíram para uma redução da receita total no mês.

No acumulado do ano, entre janeiro e agosto de 2020, as receitas do governo capixaba caíram -9,9% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 12,0 bilhões. Já as despesas somaram R\$ 9,6 bilhões, alta de 2,7% nos primeiros oito meses do ano.

No Brasil, o cenário de queda na arrecadação conjugada com o aumento de gastos, fez com que o governo reavaliasse a estimativa do resultado primário de 2020. No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2020, **a projeção do déficit primário para o Governo Central, estimado em -R\$ 787,4 bilhões no penúltimo relatório, passou para -R\$ 861,0 bilhões.**

Resultado Primário do Governo Central e projeção para 2020
(valores correntes em R\$ bilhões)



Notas: *Meta de resultado primário aprovado na Lei Orçamentária Anual 2020. **Resultado previsto em setembro de 2020.

Fonte: Tesouro Nacional

1. Assunto em Destaque - A inflação brasileira no contexto da pandemia de Covid-19

O Brasil, após conviver com altas taxas de inflação ao longo da década de 1980 e sucessivos planos econômicos para conter o processo inflacionário, alcançou a estabilização monetária e de preços com Plano Real em 1994 e, a partir de então, o país passou a registrar taxas de inflação controladas.

A adoção do regime de metas de inflação em 1999¹ conferiu ao Banco Central o objetivo de

perseguir anualmente uma meta inflacionária.

A inflação pode ser conceituada como um aumento persistente e generalizado do nível de preços de produtos e serviços na economia e pode ser medida por diferentes índices, a depender da cesta de bens e serviços acompanhada por cada um deles. A tabela 1 traz a relação dos indicadores mais utilizados no Brasil.

Tabela 1 - Indicadores de preços usuais no Brasil*

Indicador	O que ele mensura	Abrangência	Início da pesquisa	Órgão responsável
IPCA	Consumo das famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos de bens e serviços ofertados no varejo	Brasil e 16 localidades	1978	IBGE
IPCA-15	Abrange a mesma classe de famílias do IPCA, porém o período de coleta de dados é do dia 16 do mês anterior até o 15 do mês de referência	Brasil e 16 localidades	2000	IBGE
INPC	Consumo das famílias com rendimento de 1 a 5 salários mínimos de bens e serviços ofertados no varejo	Brasil e 16 localidades	1979	IBGE
IPP	Preços pagos aos produtores nacionais, sem contar impostos e tributos, na primeira etapa comercial	24 atividades industriais da CNAE 2.0	2009 e 2013 ¹	IBGE
SINAPI	Custos do setor habitacional, de infraestrutura e saneamento básico por meio dos salários e preços medianos de materiais, máquinas e equipamentos e serviços do setor	Brasil, estados e grandes regiões	1969 ²	IBGE/Caixa Econômica Federal
IGP	Nível da atividade econômica por meio da média aritmética ponderada dos Índices de Preços ao Produtor Amplo (IPA), de Preços ao Consumidor (IPC) e o Nacional de Custo da Construção (INCC)	Brasil	1947	FGV/IBRE
IGP-DI	Preços apurados de 1 a 30 de cada mês	Brasil	1944 ³	FGV/IBRE
IGP-M	Preços apurados do dia 21 do mês anterior até o dia 20 do mês de referência	Brasil	1989	FGV/IBRE
IGP-10	Preços apurados do dia 11 do mês anterior até o dia 10 do mês de referência	Brasil	1993	FGV/IBRE

* As divulgações desses indicadores são mensais e as bases de comparação das variações são contra o mês imediatamente anterior, em relação ao mesmo período do ano anterior e as acumuladas periodicamente (podendo ser no ano, em 12 meses, semestrais e trimestrais).

¹ Em 2009 para a pesquisa sobre a indústria de transformação e em 2013 para indústrias extrativa e geral e categorias econômicas.

² Implementado em 1969 pelo BNH e passou a ser de produção integral do IBGE em 1985 com a manutenção do BNH e posteriormente com a da CEF.

³ A série histórica do IGP-DI retroage a 1944.

¹ O Plano Real utilizava a âncora cambial para controlar o processo inflacionário. Após sucessivos ataques especulativos aos países que utilizavam essa estratégia para combater a inflação, o Brasil passou a adotar o regime de metas de inflação e o regime de câmbio flutuante, de acordo com o Decreto nº 3.088, de 02 de junho de 1999. Os defensores do regime de metas de inflação argumentam que esse sistema aprimora a comunicação entre o público, o setor empresarial e os mercados, por um lado, e os formadores de políticas públicas, de outro. Dessa forma, a política monetária se torna mais eficaz ao trazer credibilidade e proporcionar disciplina, prestação de contas à sociedade, transparência e um certo grau de flexibilidade na condução da política monetária (CARVALHO, F. C. ; SOUZA, F. E. P. ; SICSÚ, JOÃO ; PAULA, LUIZ FERNANDO DE ; STUDART, R. . Economia Monetária e Financeira: teoria e política. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007. 385p)

O IPCA é o índice oficial da inflação brasileira. Para 2020 a meta de inflação estabelecida é de 4,00%. Até agosto, o IPCA está em 2,44%, patamar inferior ao piso da meta, de 2,50%².

Entretanto, embora acompanhar o IPCA geral seja importante para entender como os preços estão se comportando na economia, dado o atual cenário advindo com a crise econômica e sanitária da Covid-19, mostra-se relevante observar o comportamento dos preços de acordo com alguns recortes específicos.

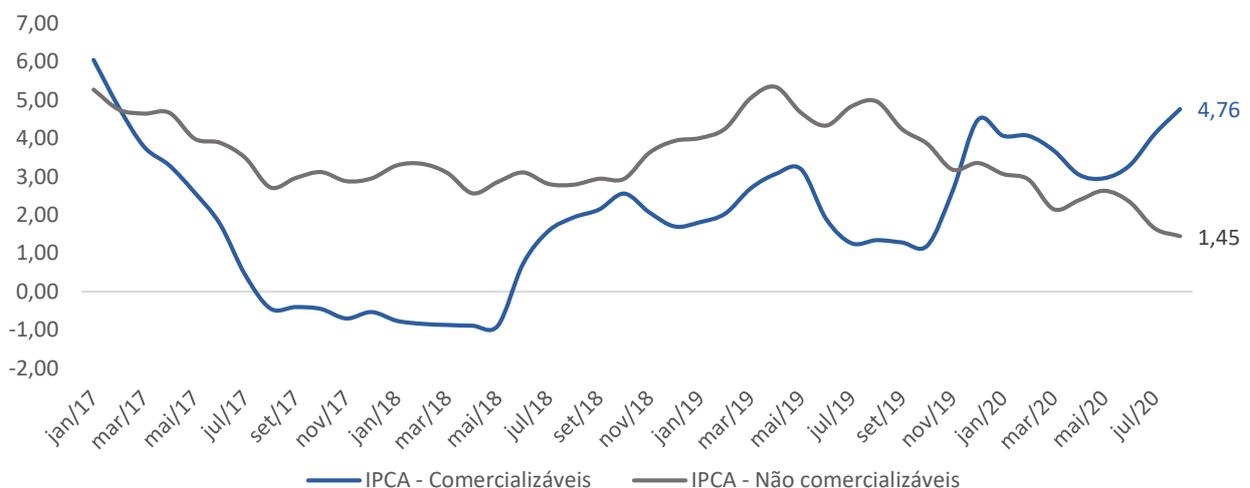
O primeiro deles diz respeito ao acompanhamento das variações de preços dos itens classificados em produtos comercializáveis (*tradables*) e não-comercializáveis (*non tradables*). O primeiro grupo se refere àqueles bens que são consumidos no local em que são produzidos, ou seja, internamente no país, e não fazem parte do fluxo de comércio exterior, tais como alguns alimentos (feijões, tubérculos, legumes, verduras, leite e pães), materiais de construção (cimento, tijolo e areia) e serviços em geral. Fazem parte do segundo grupo aqueles produtos passíveis

de serem consumidos dentro ou fora do local produzido e, portanto, podem ser importados e exportados. Este último grupo é mais sensível às pressões do câmbio e às demandas externas, pois dado à desvalorização da moeda interna e/ou o aumento da demanda internacional, a exportação pode tornar-se vantajosa em detrimento do consumo interno.

Com o real mais desvalorizado frente ao dólar, observado nos últimos meses, os insumos importados estão mais caros, ao passo que os preços dos produtos brasileiros estão mais baratos para o resto do mundo.

Isso acaba elevando os preços dos produtos internos, via repasse nos preços por conta dos insumos importados ou pela escassez do produto nacional ocasionada pela maior exportação do bem em questão. O atual patamar da taxa de câmbio tem pressionado a elevação dos preços dos bens comercializáveis, mas esse movimento está sendo compensado pela tendência de queda dos preços dos não-comercializáveis nos últimos 12 meses, conforme se verifica no gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do IPCA Comercializável e do IPCA Não-comercializável, Brasil - Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies/Findes

² Para a análise conjuntural dos grupos do IPCA veja a seção Preço, Juros e Crédito

Para além da análise de inflação entre os bens comercializáveis e os não-comercializáveis, na relação de itens pesquisados pelo IPCA, existem aqueles bens e serviços em que os preços podem variar livremente na economia, de acordo com as condições de oferta e demanda. Estes são denominados preços livres.

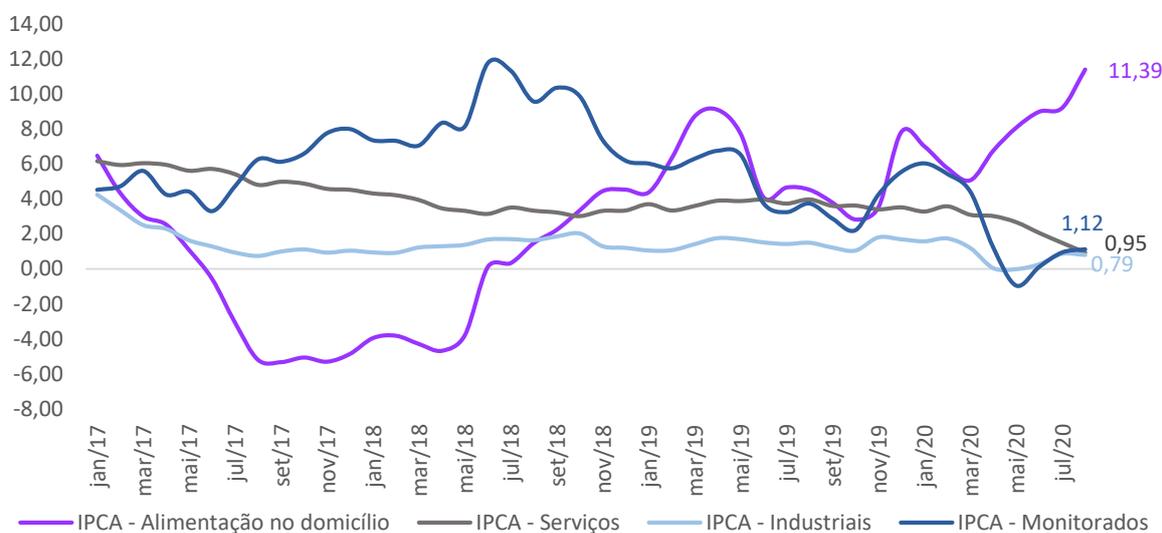
Entre os 377 produtos e serviços pesquisados no IPCA, aqueles classificados como livres podem ser agrupados de três formas: (i) IPCA Alimentação em domicílio; (ii) IPCA Serviços e (iii) IPCA Bens industriais. Outros itens, por sua vez, têm os seus preços regulados por contratos firmados com o poder público e são denominados preços administrados ou monitorados, como por exemplo as tarifas de energia elétrica, a gasolina, os planos de saúde e as tarifas de transporte público. Esta conceituação é

importante para observar o comportamento dos preços atuais da economia brasileira.

Nos últimos meses, os preços dos alimentos sofreram impactos da desvalorização do câmbio, da maior demanda externa, do aumento do consumo em domicílio e de alguns produtos agrícolas que se encontram na entressafra³.

Os preços dos itens englobados em alimentos em domicílio aumentaram 11,39% em 12 meses, percentual bem superior ao do IPCA geral (2,44%). Pelo gráfico 2, percebe-se que os preços dos serviços, dos bens industriais e dos preços monitorados estão segurando o IPCA em 2020.

Gráfico 2 – Evolução dos preços dos alimentos, serviços, bens industriais e monitorados no IPCA, Brasil - Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Findes

O setor de serviços foi fortemente afetado pelas medidas restritivas que passaram a vigorar a partir da segunda quinzena de março de 2020. A maioria das atividades que compõem o setor é voltada para o atendimento de pessoas e caracterizada por ser intensiva em trabalho, configurando assim, intenso contato social. Os reflexos dessas medidas foram sentidos nos preços, visto que em março o IPCA Serviços registrava uma alta de 3,10% em 12

meses e, para o mês de agosto, a inflação de serviços se desacelerou, registrando uma variação de 0,95%.

Os preços administrados também foram impactados pelas medidas tomadas em função da pandemia de Covid-19 neste ano, influenciando os reajustes desses preços e contendo suas possíveis acelerações.

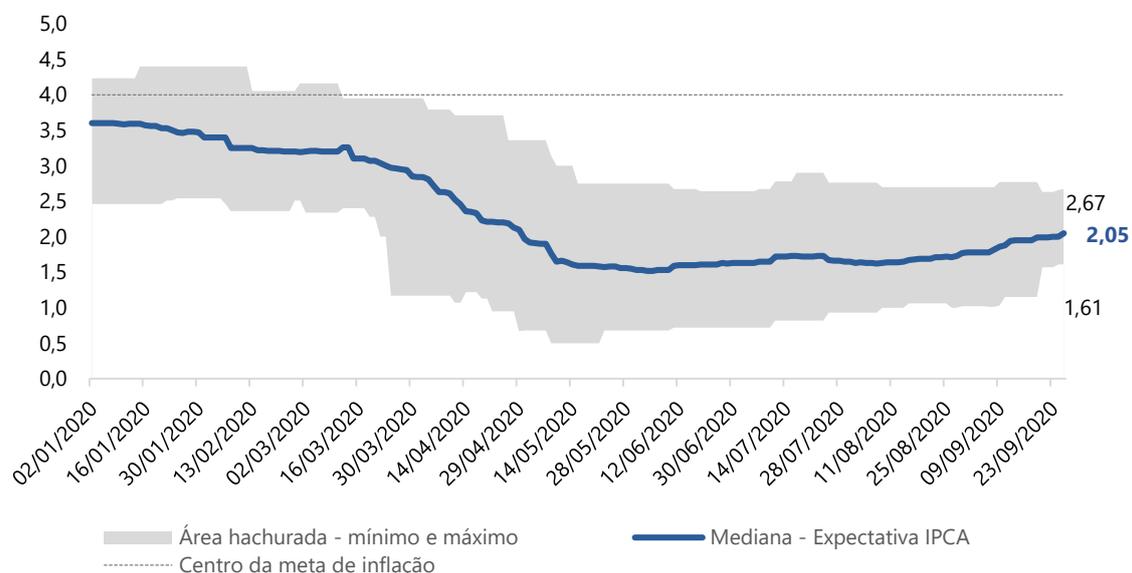
³ Veja mais em <https://www.agazeta.com.br/es/economia/entenda-por-que-os-precos-dos-alimentos-estao-subindo-0920>.

Como por exemplo, a adoção da bandeira verde nas contas de energia elétrica residencial determinada pela ANEEL⁴, os reajustes constantes nos preços da gasolina e do diesel anunciados pela Petrobras⁵ (decorrente da volatilidade na cotação internacional do barril de petróleo) e a suspensão no reajuste dos contratos de planos de saúde anunciada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)⁶.

Com a pandemia, o país experimentou dois meses consecutivos de taxas de variação negativas do IPCA

(deflação) em abril e maio, o que contribuiu para intensificar uma expectativa de mercado para uma inflação mais baixa que o piso da meta estabelecida⁷. A inflação oficial do país (2,44%) está abaixo da meta (4,00%) e do limite inferior da meta (2,50%), mas nas últimas seis semanas a mediana das expectativas do IPCA para 2020 registrou altas consecutivas e, de acordo com o relatório Focus de 25 de agosto, a projeção do mercado para o IPCA se encontra em 2,05% ao ano, influenciada pelas pressões cambiais e a recuperação econômica.

Gráfico 3 – Mediana da expectativa de mercado para o IPCA – Variação (%) anual



Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Considerando o atual cenário da inflação no Brasil, no dia 16 de setembro de 2020, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, manter a taxa básica de juros da economia brasileira em 2,00% ao ano, interrompendo o ciclo de flexibilização monetária.

Após ter renovado a mínima histórica da taxa Selic na reunião anterior, o Copom confirmou o uso de um instrumento de política monetária adicional em sua 233ª reunião, conhecido como *forward guidance* ("orientação futura").

⁴ Veja mais sobre as resoluções da ANEEL em: <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

⁵ Veja mais sobre os comunicados da Petrobras em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/comunicados-ao-mercado/> e no Valor Econômico em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/09/10/petrobras-confirma-reducao-de-5percent-no-preco-da-gasolina-e-7percent-no-do-diesel.shtml>

⁶ Veja mais sobre os planos de saúde na ANS em: <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19/coronavirus-todas-as-noticias/5962-boletim-covid-19-nova-edicao-atualiza-dados-sobre-utilizacao-dos-planos-de-saude-na-pandemia>

⁷ Para o ano de 2020, a meta de inflação determinada pelo CMN é de 4,00% para o IPCA, com intervalo de tolerância entre 2,5% e 5,5%. A expectativa para a inflação de 2020, mensurada pelo IPCA no Relatório de Mercado – Focus do Banco Central, chegou aos menores patamares em torno de 1,53% em junho, e vem seguindo uma tendência crescente desde então, porém permanece abaixo do centro da meta para o ano. Na última semana de setembro, a expectativa do IPCA está em 2,05%.

No comunicado da decisão⁸ e posterior divulgação da ata da 233ª reunião, o Comitê avaliou “que a inflação deve se elevar no curto prazo”, influenciada pela alta temporária nos preços dos alimentos e normalização, mesmo que parcial, do preço de alguns serviços e entende que a “ociosidade está concentrada no setor de serviços”, sendo um dos fatores que pode provocar trajetória de inflação abaixo do esperado, além “do ambiente de elevada incerteza e de aumento da poupança precaucional” devido à pandemia de Covid-19. Devido à natureza da atual crise, o Copom espera que “pressões desinflacionárias provenientes da redução de demanda podem ter duração maior do que em recessões anteriores”.

Atento às políticas fiscais de resposta à pandemia e à piora da trajetória fiscal do país, aos diversos programas de estímulo creditício e de recomposição de renda, o Copom estabelece que esses fatores podem afetar a tendência da inflação acima do esperado, trazendo riscos para o horizonte relevante de política monetária.

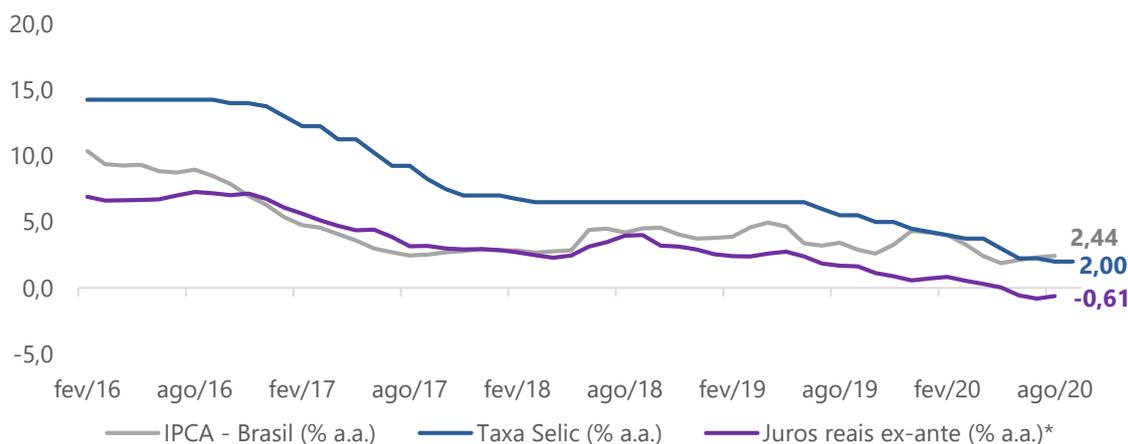
Como “a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo monetário extraordinariamente elevado”, a novidade da 233ª reunião foi que o Copom estabeleceu a sua

“orientação futura”, na qual a autoridade monetária “não pretende reduzir o grau de estímulo monetário, a menos que as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, estejam suficientemente próximas da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária” e conclui que “essa intenção é condicional à manutenção do atual regime fiscal e à ancoragem das expectativas de inflação de longo prazo”.

Com a expectativa de mercado para a taxa Selic em torno de 2,00% ao final de 2020 e a esperada elevação da inflação no curto prazo, os juros reais ex-ante da economia brasileira inverteu a sua trajetória de queda, apesar de se encontrar em território negativo desde junho, conforme mostra o gráfico 4.

Esse resultado ainda é reflexo dos desdobramentos da pandemia de Covid-19, do fraco nível de atividade econômica e do movimento de manutenção em baixos e/ou redução dos juros internacionais⁹.

Gráfico 4 – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Nota: Dados do IPCA e juros reais até junho de 2020.

Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

⁸ Veja o comunicado da 233ª reunião do Copom em <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17188/nota> e ata em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>.

⁹ No mesmo dia da reunião do Copom ocorreu a decisão sobre a taxa básica de juros dos EUA. O comitê de política monetária do Federal Reserve (Fed), o banco central americano, anunciou a manutenção dos juros entre 0,00% e 0,25% a.a., além de sinalizar que este patamar deve ser mantido até 2023, período em que, segundo as previsões, a inflação americana não deve superar 2,00%.

A inflação brasileira não se mostra como um problema atual, apesar do crescimento elevado nos preços dos alimentos, pois tal elevação é uma questão temporária¹⁰, portanto, de repercussão de curto prazo e mais incidente sobre o consumidor final do que sobre o nível geral de preços da economia.

Além disso, no que diz respeito ao consumo, o auxílio emergencial a pessoas de vulnerabilidade tem sido um fator relevante para que as famílias com rendimentos menores, especialmente as dos autônomos que perderam sua fonte de renda em decorrência da pandemia, sentissem menos os efeitos inflacionários e a queda no consumo nesse período.

Conforme apresentado no Relatório de Inflação do Banco Central de setembro de 2020, análise

do período de janeiro a julho desse ano mostrou que as pessoas com rendimento médio de R\$ 946 por mês apresentaram queda menos acentuada e recuperação mais rápida no consumo do que as pessoas com rendas mais elevadas, possivelmente devido ao auxílio emergencial.

Ainda para este ano, as pressões cambiais e a recuperação econômica podem fazer com o que o IPCA geral se eleve até o final de 2020 e fique mais próximo da meta. Para o próximo ano, o cenário é de incerteza provocada pelo aumento de gastos do governo com o combate à pandemia e o possível risco fiscal atrelado à não manutenção do Teto de Gastos¹¹, podendo impactar as expectativas para a inflação de 2021. Até o último Relatório Focus, o mercado projeta o IPCA em 2021 de 3,01%, abaixo do centro da meta estipulada para aquele ano (3,75%).

2. Atividade Econômica

Em setembro, foram divulgados os indicadores de desempenho da economia do Brasil e do estado referentes ao 2º trimestre, período de maior impacto das medidas de combate à crise da Covid-19. Em todas as bases de comparação os indicadores foram negativos, tanto para o país quando para o Espírito Santo, sendo as quedas mais intensas neste último.

O PIB brasileiro contraiu -9,7% no 2º trimestre¹² em comparação com o 1º trimestre, com ajuste sazonal, conforme informação do IBGE. Das atividades econômicas, apenas a agropecuária apresentou um leve desempenho positivo de 0,4% nesta base de comparação, enquanto a indústria e os serviços caíram -12,3% e -9,7%, respectivamente.

Para o Espírito Santo, a estimativa do PIB medida pelo IAE-Findes (Indicador de Atividade do Espírito Santo)¹³ mostrou que a economia capixaba retraiu -12,2% na passagem do 1º para o 2º trimestre com ajuste sazonal, segundo resultado negativo consecutivo¹⁴.

A crise da Covid-19 gerou uma desaceleração das atividades em todos os setores da economia do estado. O setor de serviços, atividade que representa 61,5% da economia capixaba, apresentou a maior retração de -9,9% e foi responsável pela queda de -6,3 p.p. do IAE-Findes (-12,2%). A indústria recuou -20,4% e respondeu por -3,9 p.p. no índice geral. A agropecuária variou -3,2% e impactou em -0,1 p.p. o índice.

¹⁰ Com o retorno das atividades industriais de fabricação de alimentos sendo atendidas adequadamente com os insumos utilizados na produção e a expectativa em torna da nova safra 2020-2021, a pressão nos preços dos alimentos pode ser menor no início de 2021. Para mais detalhes sobre a falta de embalagens e insumos, acesse <https://tribunaonline.com.br/arroz-leite-carne-e-ovos-vao-subir-mais-e-pode-faltar-produtos-nas-lojas>. E veja mais em

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/09/16/retomada-em-v-leva-a-falta-de-insumos.ghtml>.

¹¹ Veja um Box sobre o teto de gastos ao final da seção de Atividade Econômica.

¹² Veja mais sobre o desempenho do PIB de outros países no 2º trimestre na publicação do BEC de Agosto em: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/747/original/Boletim-Agosto_2020.pdf?1598643021

¹³ Veja o relatório completo do IAE-Findes em: <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/488-iae-findes-estima-recuo-de-12-2-na-economia-capixaba-no-2-trimestre-de-2020>

¹⁴ Também em setembro, foram divulgados os resultados da estimativa do PIB trimestral do ES calculados pelo Instituto Jones dos Santos Neves. Conforme a instituição, no 2º trimestre de 2020 o PIB capixaba sofreu queda de -5,9% em comparação ao 1º trimestre do ano e de -10,2% em relação ao mesmo trimestre de 2019. No acumulado em quatro trimestres o indicador do IJSN aponta para queda de -3,1% no PIB do Espírito Santo

Vale ressaltar que, no Espírito Santo, as medidas necessárias de combate à Covid-19, que implicaram a restrição ao funcionamento dos estabelecimentos e à circulação de pessoas, iniciaram-se na segunda quinzena

de março e foram intensificadas ao longo de abril e maio. A retomada gradual das atividades se deu nos meses seguintes.

Tabela 2 – Variação (%) dos indicadores de atividade econômica – 2º trimestre de 2020

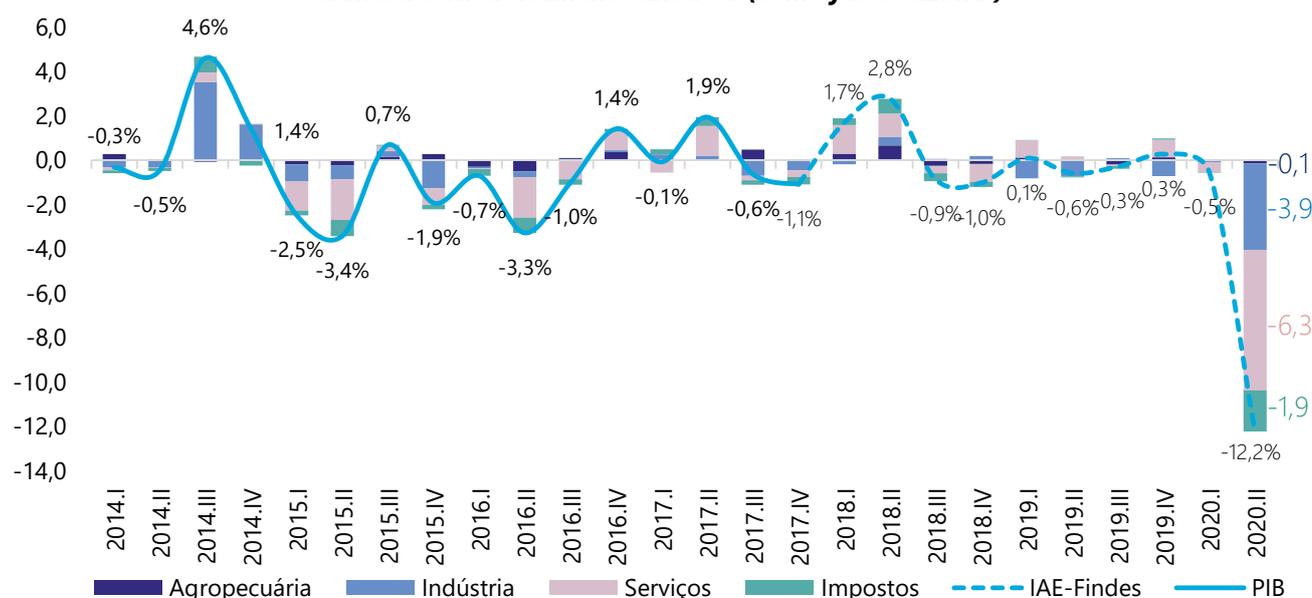
Indicadores Trimestrais	2º trim. 2020 / 1º trim. 2020 ¹	2º trim. 2020 / 2º trim. 2019	Últimos 4 trim. / 4 trim. anteriores
IAE-Findes (%)	-12,2	-12,3	-4,1
PIB Brasil (%)	-9,7	-11,4	-2,2

¹ Valores com ajuste sazonal

Fonte: IBGE; Ideies

Elaboração: Ideies/Findes

Gráfico 5 – Taxa de variação trimestral do PIB/IAE-Findes* do ES (%) e composição setorial (p.p.) - Base: trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)



(*) Os dados até 2017 se referem aos valores do PIB calculado pelo IJSN e de 2018 em diante são estimados pelo IAE-Findes.

Fonte: SCR-IBGE; Ideies.

Elaboração: Ideies/Findes

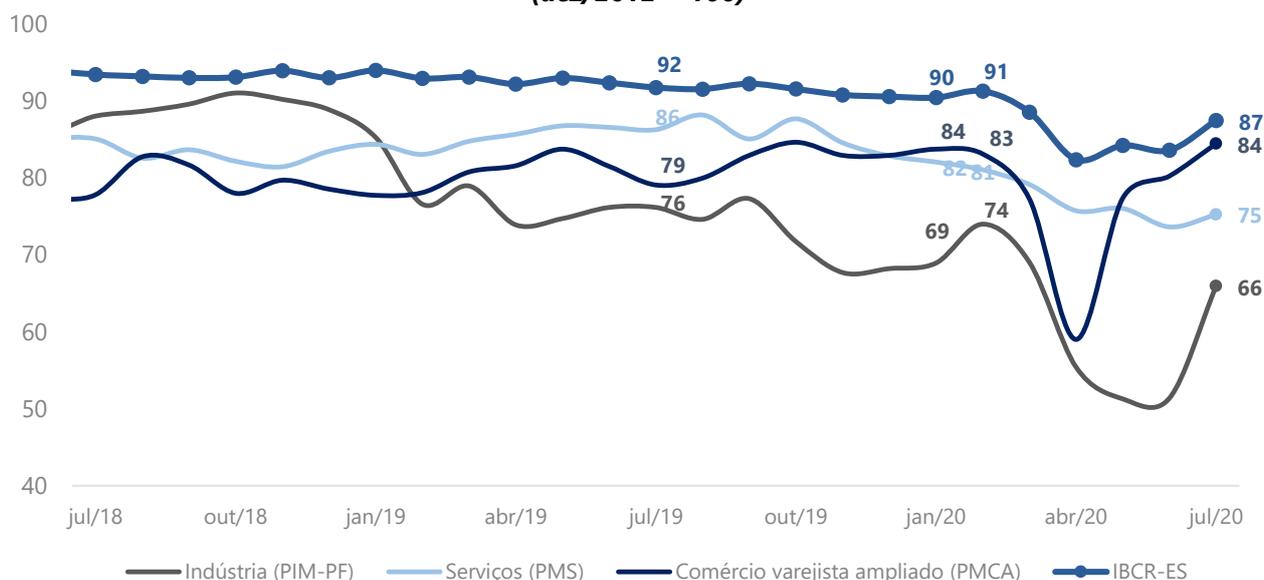
As pesquisas conjunturais do IBGE e do Banco Central referentes a julho apontam para a retomada das atividades no início do 3º trimestre, tanto a nível nacional quanto estadual. O índice de atividade econômica do Banco Central para o Brasil (IBC-BR) avançou 2,15% na passagem de junho para julho, com ajuste sazonal. Nesta base de comparação, os crescimentos dos setores nacionais foram de 8,0% para a indústria, 2,6% para os serviços e 7,2% para o comércio varejista ampliado.

Para o Espírito Santo, o IBCR-ES de julho aumentou 4,64% na variação marginal. Nesta base de comparação, a produção física da indústria capixaba cresceu 28,3%, o volume de serviços aumentou 2,2% e o volume de vendas no comércio varejista ampliado avançou 5,2%, todos com ajustes sazonais.

Contudo, apesar do desempenho positivo do mês de julho, nem todas as atividades retornaram aos patamares da pré-pandemia, ou seja, de janeiro e fevereiro desse ano. No Espírito Santo, apenas o setor comercial, puxado pelos segmentos de material de construção, supermercados, móveis e artigos farmacêuticos, minimizou os efeitos da

pandemia e apresentou variação de 0,3% no acumulado em 12 meses até julho, enquanto a indústria e os serviços ainda operam em níveis inferiores aos observados nos primeiros meses do ano, e acumulam quedas de -19,6% e -3,4%, respectivamente, em 12 meses.

Gráfico 6 - Índices mensais de atividades da economia, Espírito Santo - com ajuste sazonal (dez/2012 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 3 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Jul 2020 / Jun 2020 ¹	Jul 2020 / Jul 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	2,15	-4,89	-5,77	-2,90
Índice de atividade econômica regional ES	4,64	-4,76	-6,24	-4,51
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	8,0	-3,0	-9,6	-5,7
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	28,3	-13,4	-19,7	-19,6
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	5,2	5,5	-1,8	0,2
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,7	8,7	0,0	1,4
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	7,2	1,6	-6,2	-1,9
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	5,2	7,2	-2,5	0,3
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	2,6	-11,9	-8,9	-4,5
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	2,2	-14,0	-8,8	-3,4

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

De acordo com o relatório Focus, as expectativas do mercado para o PIB do Brasil deste ano, apesar de serem de queda, estão menos pessimistas a cada semana. Nas últimas três semanas as projeções do PIB passaram de -5,11% para -5,05% e chegou a -5,04% no último levantamento. Para o PIB de 2021, a expectativa é de crescimento em torno de 3,0%.

Também no que diz respeito a expectativas menos pessimistas, a OCDE revisou para -4,5% a projeção do PIB mundial de 2020, que havia sido estimada em -6,0% em junho¹⁵. Essa mudança considera as diferenças entre os desempenhos dos países, pois corrigiu-se para cima os resultados de China, EUA e Europa, e para baixo os do México, da Índia e da África do Sul. Para o Brasil, o PIB anual estimado pela Organização está em -6,5%, projeção menos pessimista que a de -7,4% feita em junho. Para o ano de 2021, no geral, a expectativa é que o nível da produção da economia mundial permaneça abaixo do verificado em 2019. No entanto, o cenário permanece incerto, pois o grau de avanço ou recuo da Covid-19, bem como os seus impactos, influenciará o comportamento futuro da economia.

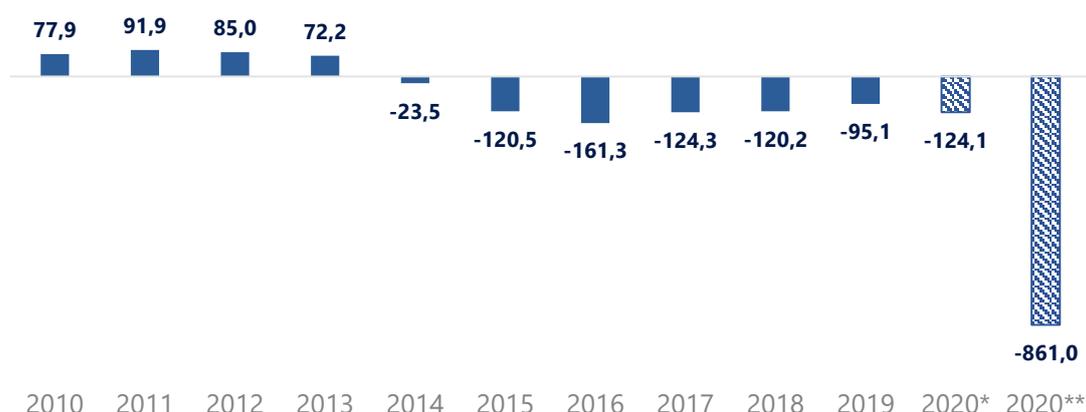
Muitas regiões do mundo, tais como Canadá, África do Sul e o continente europeu estão lidando com a preocupação de uma segunda onda da Covid-19. Espanha, França e Reino Unido voltaram a registrar aumentos significativos no

número de novos casos diários da doença em setembro. As intervenções têm sido locais, para se evitar um novo *lockdown* devido à atual recuperação da economia. Entre as medidas restritivas locais estão a antecipação do horário de fechamento de bares e restaurantes, a restrição de viagens e a limitação de aglomerações¹⁶. Na Espanha, Madri está adotando com maior intensidade essas medidas e a fiscalização. Na França, Nice, Marselha e Bordeaux são as cidades de maior atenção. No Reino Unido, o Primeiro Ministro solicitou, entre outras medidas, o retorno ao teletrabalho e o uso de máscaras aos seus cidadãos.

No Brasil, o impacto dos gastos no combate à Covid-19 sobre as contas públicas tem sido assunto recorrente de discussões, como pode ser conferido no box sobre o teto de gastos.

O cenário de queda na arrecadação¹⁸ conjugada com o aumento de gastos, fez com que o governo reavaliasse a estimativa do resultado primário de 2020. No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2020¹⁷, a projeção do déficit primário para o Governo Central, estimado em R\$ 787,4 bilhões no penúltimo relatório, passou para R\$ 861,0 bilhões.

Gráfico 7 - Resultado Primário do Governo Central e projeção para 2020 (valores correntes em R\$ bilhões)



Notas: *Meta de resultado primário aprovado na Lei Orçamentária Anual 2020. **Resultado previsto em setembro de 2020.

Fonte: Tesouro Nacional

Elaboração: Ideies/Findes

¹⁵ Acesse o relatório completo da OCDE em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/34ffc900-en.pdf?expires=1600881330&id=id&accname=quest&checksum=D565EFE3EDCAFDF10134CA2672487563>

¹⁶ Veja mais em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/09/24/bolsas-asiaticas-fecham-em-forte-queda-diante-da-cautela-generalizada.ghtml>

¹⁷ Confira o relatório completo em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-rardp/2020/16>

¹⁸ O último dado da arrecadação federal referente ao mês de agosto não foi incluído nesta edição do Boletim por não ter sido divulgado até o fechamento em 29 de setembro.

No que diz respeito à evolução das reformas estruturantes da economia, as propostas da Reforma Tributária vêm sendo debatidas pela Comissão Mista Especial do Congresso Nacional, que teve o prazo prorrogado até 12 de outubro para apresentar o texto consolidado. Sobre a Reforma Administrativa, o governo federal apresentou a PEC 32/2020

no dia 03 de setembro ao Congresso Nacional. Resumidamente, essa reforma propõe mudanças nos modos de seleção, efetivação, remuneração e formação de carreira dentro do serviço público civil para os novos entrantes. Essa PEC será encaminhada às comissões (CCJ e especial) para depois seguir a tramitação final no Plenário.

Box 1 - Teto de Gastos

Especialmente em função das necessidades de enfrentamento à crise sanitária e econômica derivada da pandemia da Covid-19, voltou a ganhar força no Brasil a discussão sobre a manutenção ou não da regra do teto de gastos, que está em vigor desde 2017 e foi instituída por meio da Emenda Constitucional nº 95¹⁹, com o objetivo de limitar o crescimento das despesas primárias²⁰ da União.

Em linhas gerais, a regra estabelece que as despesas primárias em âmbito federal deverão ser equivalentes ao orçamento do ano anterior corrigido pela inflação, sem aumentos reais dos gastos públicos, o que deve durar por 20 anos.

As discussões que pautaram a criação do mecanismo tinham como pano de fundo, ainda em 2016, a situação fiscal do país que já enfrentava seu terceiro ano seguido de déficit primário e aumento do endividamento, com a economia em recessão, alto desemprego e fracas perspectivas de recuperação em curto prazo.

A implementação do teto de gastos foi uma tentativa de criar uma nova âncora fiscal, ou seja, um mecanismo que desse mais previsibilidade sobre a política fiscal do Governo Federal a partir do controle do crescimento das despesas. Trata-se de uma regra fiscal duplamente forte: I) a impossibi-

lidade de aumento real das despesas durante 20 anos é uma regra rigorosa; II) a implementação do mecanismo via Emenda Constitucional oferece maior segurança a favor da manutenção do dispositivo e maiores dificuldades caso surjam tentativas de revertê-lo²¹.

Com os agentes econômicos observando uma regra fiscal desta magnitude, aumenta-se a confiança de que nas duas décadas de vigência do teto de gastos haverá maior controle das despesas públicas e reversão da tendência de aumento do endividamento do país, o que tende a criar um círculo virtuoso de menor percepção de risco, espaço de redução da taxa básica de juros, redução do custo da dívida, e outros diversas consequências positivas de se ter um quadro fiscal mais equilibrado²².

As regras da Emenda Constitucional determinam que em caso de descumprimento do teto de gastos sejam acionados gatilhos para frear o aumento de despesas. Entre eles estão: a proibição de reajuste de salários; a criação de cargos ou a alteração de carreiras que impliquem em aumento de despesas; a realização de concursos públicos; a criação de despesas obrigatórias; dentre outros. Alguns especialistas, no entanto, defendem que esses gatilhos hoje já se mostram limitados e não teriam o efeito originalmente imaginado²³.

¹⁹ Confira o texto da EC nº 95/2016 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

²⁰ As despesas primárias são aquelas diretamente direcionadas para a promoção de serviços públicos, como as despesas com pessoal, com custeio e investimentos. São desconsideradas as despesas financeiras como pagamento de juros e empréstimos.

²¹ Uma Emenda Constitucional é o tipo de proposição legislativa mais difícil de ser aprovada no Congresso Nacional. Ela precisa de votos de apoio de uma maioria qualificada de 3/5 dos parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, em dois turnos de discussão e de votação em ambas as casas.

²² Apesar desta perspectiva positiva sobre os desdobramentos da regra do teto de gastos, vale registrar que mesmo entre economistas favoráveis ao mecanismo há ponderações e sugestões de melhorias para aperfeiçoá-lo e torná-lo mais efetivo e duradouro. Veja no texto do economista Bráulio Borges, no blog do Ibre/FGV: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/teto-de-gastos-mudar-para-melhorar-e-perdurar>

²³ Veja análise do economista Nelson Barbosa, no blog do Ibre/FGV: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/dez-gatilhos-e-quase-nenhuma-municao>

Outra vertente de especialistas com inclinação mais favorável à regra do teto defende que a limitação ao crescimento da despesa total tende a ampliar o legítimo debate público sobre a alocação de recursos no orçamento, forçando a classe política e a população a eleger prioridades de forma mais clara, visto que com o “bolo” de recursos limitados, a disputa pelas fatias entre cada área torna-se mais evidente²⁴. Além disso, reforça o debate sobre o engessamento orçamentário com os gastos obrigatórios, que com o mecanismo do teto de gastos acaba por comprimir cada vez mais o espaço das despesas discricionárias (não obrigatórias). Na prática, esses desdobramentos conduzem para um reforço e amadurecimento da necessidade de realização de reformas que alterem a estrutura de gastos do Estado brasileiro.

Com a pandemia da Covid-19, que trouxe uma clara necessidade de ampliação dos gastos com as medidas de saúde, de assistência social, e de apoio às famílias e às empresas, a discussão sobre a manutenção ou não do teto de gastos voltou à tona.

O Congresso Nacional aprovou o chamado “Orçamento de Guerra”²⁵ que traz mais celeridade para a abertura de créditos extraordinários, que não estão submetidos ao teto de gastos, neste momento de calamidade pública, decretada em função da pandemia e que libera o Governo Federal de cumprir as metas fiscais do Orçamento de 2020. Ou seja, para este ano e para as medidas de enfrentamento da pandemia foi autorizado uma espécie de orçamento paralelo, dado o contexto extraordinário.

O debate agora se projeta sobre 2021. A manutenção ou a

flexibilização do teto de gastos divide até atores do Governo Federal. De um lado, o Ministério da Economia tem defendido a importância da regra para a confiança no país, para a manutenção da taxa de juros em níveis mais baixos e para a atração de investimentos. Por outro lado, os Ministérios do Desenvolvimento Regional e o da Infraestrutura defendem uma flexibilização do teto para o próximo ano em busca de viabilizar recursos para a ampliação de projetos de assistência social e de obras e investimentos públicos, como canais para aquecer a economia na retomada pós-pandemia²⁶.

No entanto, o Governo Federal já enviou ao Congresso Nacional, em agosto, o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2021, que prevê uma meta de resultado primário flexível e que não deverá impor restrições efetivas sobre o orçamento da União. A previsão no projeto orçamentário é de um déficit de R\$ 233,6 bilhões para o Governo Central, mesmo considerando o cumprimento do teto de gastos, estipulado em R\$ 1,486 trilhão no próximo ano²⁷.

Segundo avaliação da Instituição Fiscal Independente (IFI)²⁸, com uma meta de resultado primário flexível, o teto de gastos será a principal ferramenta de restrição fiscal em 2021. Apesar da proposta de lei orçamentária do Governo sinalizar o enquadramento das despesas ao teto, a IFI avalia que “o cumprimento do teto no próximo ano está sob elevado risco”, e acrescenta ainda que “romper o teto é parte da regra do jogo, mas a forma importa. (...) romper o teto é diferente de abandonar a regra, o que seria prejudicial ao controle das expectativas de mercado e à gestão da dívida pública. O acionamento dos gatilhos está previsto na EC nº 95 e deve ser explorado”.

²⁴ Neste sentido, veja entrevista do professor de economia Samuel Pessoa:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/economia/1479319036_604692.html

²⁵ Saiba mais em: <https://oglobo.globo.com/brasil/congresso-promulga-orcamento-de-guerra-que-flexibiliza-gastos-do-governo-em-meio-pandemia-24415185>

²⁶ Veja mais em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/08/06/pandemia-divide-lderes-governistas-sobre-flexibilizacao-do-teto-de-gastos.ghtml>

²⁷ Veja mais sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/31/orcamento-2021-mesmo-com-teto-de-gastos-governo-preve-rombo-de-r-233-bilhoes-em-suas-contas.ghtml>

²⁸ Veja o relatório da IFI com considerações sobre a proposta orçamentária de 2021 e o teto de gastos em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/576808/RAF44_SET2020.pdf

3. Desempenho Industrial

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de julho do IBGE, a produção da indústria brasileira acumulou uma queda de -5,7% nos últimos 12 meses, recuo mais elevado nessa base de comparação desde de 2016 (-6,4%). Nesse período, a variação foi negativa em todas as grandes categorias econômicas (tabela 4). Apenas nos meses de janeiro a julho de 2020, a indústria nacional acumula uma redução de -9,6%.

Na comparação de julho de 2020 contra o mesmo mês do ano anterior, a produção da indústria nacional caiu -3,0%, influenciada pelo resultado negativo na indústria de transformação (-3,6%). A indústria extrativa registrou crescimento de 0,9%. Entre as grandes categorias econômicas, destacam-se as quedas de -16,9% nos bens de consumo e -15,4% nos bens de capital.

Os resultados negativos do setor industrial refletem os efeitos das medidas de isolamento social para controlar a

pandemia de Covid-19. Esses decretos governamentais trouxeram como consequência a redução na demanda mundial por commodities e, com a disseminação da doença nos estados brasileiros, a paralisação da produção em algumas plantas industriais e a queda no consumo doméstico de produtos industrializados, o que afetou o processo de produção em várias unidades produtivas no país.

Contudo, na passagem do mês de junho para julho, a indústria nacional apresentou o terceiro crescimento consecutivo nessa base de comparação (8,0%).

Segundo o IBGE, o resultado do setor contribuiu para eliminar parte da perda de 27,0% acumulada em março e abril, quando vigoraram medidas mais restritivas de distanciamento social nos estados brasileiros²⁹.

Tabela 4 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil - julho 2020

	Jul 2020/ Jun 2020*	Jul 2020/ Jul 2019	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	8,0	-3,0	-9,6	-5,7
Indústrias extrativas	6,7	0,9	-2,2	-4,3
Indústrias de transformação	8,6	-3,6	-10,6	-5,9
Bens de Capital	15,0	-15,4	-20,3	-12,9
Bens Intermediários	8,4	1,4	-5,3	-3,6
Bens de Consumo	9,3	-7,7	-14,8	-7,6
Bens de consumo duráveis	42,0	-16,9	-33,8	-18,5
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	4,7	-5,2	-9,4	-4,6

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

E, pela primeira vez na série histórica iniciada em 2002, 25 dos 26 ramos pesquisados cresceram na base de comparação contra o mês imediatamente anterior (com ajuste sazonal).

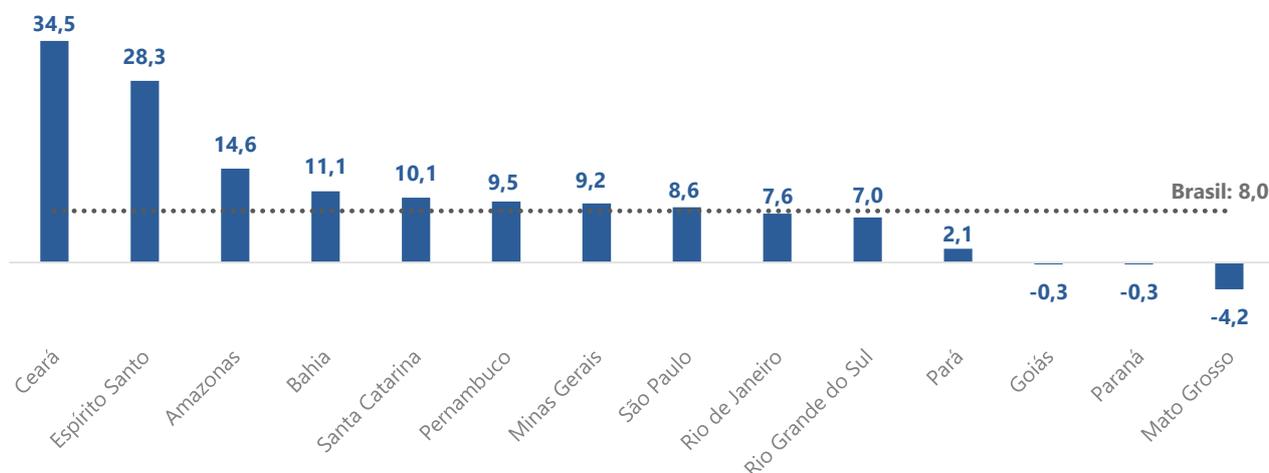
As maiores contribuições positivas para a formação do resultado da indústria geral foram nas atividades de: veículos automotores, reboques e carrocerias (43,9%); metalurgia (18,7%); indústrias extrativas (6,7%); e máquinas e equipamentos (14,2%). O único resultado negativo veio de impressão e reprodução de gravações (-40,6%).

Outro resultado que reflete a ampliação do movimento de retorno à produção nas unidades produtivas brasileiras na passagem de junho para julho foi a expansão da indústria em 12 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE.

Somente Goiás (-0,3%), Paraná (-0,3%) e Mato Grosso (-4,2%) tiveram reduções na produção industrial.

²⁹ Ressalta-se que em julho a produção industrial estava 6,0% abaixo da registrada em fevereiro, isto é, antes da pandemia atingir o país.

Gráfico 8 - Variação (%) da Produção Industrial nos locais pesquisados pelo IBGE – julho contra junho de 2020*



(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

Assim como a produção nacional, a indústria do Espírito Santo reduziu em -19,6% no acumulado dos últimos 12 meses (agosto de 2019 a julho de 2020), puxada pelo desempenho negativo da indústria extrativa (-27,1%) e da indústria de transformação (-12,7%). Como já ressaltado nas análises anteriores, esse resultado é consequência das

medidas de distanciamento social conjugadas com outros fatores, tais como a redução no preço da celulose, queda na demanda por produtos de ferro e aço e da diminuição da produção de petróleo e gás natural que já ocorria antes da pandemia.

Tabela 5 – Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo - julho 2020

	Jul 2020/ Jun 2020*	Jul 2020/ Jul 2019	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	28,3	-13,4	-19,7	-19,6
Indústrias extrativas	34,6	-24,5	-28,9	-27,1
Indústrias de transformação	17,1	-4,0	-11,6	-12,7
Fabricação de produtos alimentícios	48,4	14,8	-3,5	-1,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	22,0	50,1	5,7	-19,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	9,2	-4,9	-13,7	-5,7
Metalurgia	7,3	-38,7	-23,7	-21,5

(*) Dados dessazonalizados pelo Ideies com base na nota técnica do IBGE

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

No acumulado de janeiro a julho de 2020, a indústria capixaba retraiu -19,7%. Entre as atividades pesquisadas, apenas a fabricação de celulose, papel e produtos de papel (5,7%) apresentou crescimento no estado nessa base de comparação.

Desde meados de abril, o desempenho desse setor vem sendo positivamente influenciado pela melhora nos preços da fibra de celulose na China e pela redução dos estoques globais da fibra curta. Além disso, a receita das empresas brasileiras exportadoras desse produto também estão se beneficiando da alta do dólar (desvalorização do real).

Na comparação de julho de 2020 contra o mesmo mês do ano anterior, a indústria do Espírito Santo reduziu em -13,4%.

A maior queda ocorreu na indústria extrativa (-24,5%), influenciada pela redução na produção de minérios de ferro pelotizados, óleos brutos de petróleo e gás natural.

A indústria de transformação retraiu -4,0% na comparação interanual. Entre as suas atividades, de um lado, houve quedas nas atividades de metalurgia (-38,7%) e de fabricação de produtos de minerais não-metálicos (-4,9%). Por outro lado, houve crescimento de 14,8% na fabricação de produtos alimentícios, puxado pela maior produção de bombons e chocolates com cacau, açúcar cristal, massas alimentícias secas e massas alimentícias secas, e de 50,1% na fabricação de celulose, papel e produtos de papel. Além dos motivos já citados, a magnitude do crescimento dessa última atividade também se deve a baixa base de comparação de julho de 2019, mês em que o índice de produção da fabricação de celulose, papel e produtos de papel atingiu o menor patamar histórico da sua série (com ajuste sazonal) iniciada em 2002.

Na passagem de junho para julho, a produção física da indústria geral do Espírito Santo expandiu em 28,3%, maior variação nessa base

de comparação na série histórica iniciada em 2002. Este também foi o segundo melhor resultado entre os 15 estados pesquisados pelo IBGE.

Todas as atividades tiveram desempenho positivo na passagem de mês no estado. A maior contribuição veio do crescimento de 34,6% na indústria extrativa. Uma possível explicação³⁰ para a alta frente a junho está no segmento dos minerais metálicos, pois o preço dos contratos futuros de minério de ferro apresentou recuperação e a commodity destacou-se nas exportações industriais do Espírito Santo em julho, enquanto a produção de P&G retraiu nesse período³¹.

A indústria de transformação cresceu 17,1% no mês, com destaques para a produção de alimentos (48,2%) e papel e celulose (22,0%) que recuperaram os níveis de produção para patamares do período pré-pandemia.

De acordo com os dados da ANP, a produção de petróleo e de gás natural no Espírito Santo totalizou 276,6 mil boe/d em agosto de 2020, respondendo por 7,0% da nacional. Esse volume extraído no estado foi 1,7% maior do que o de julho. Nessa mesma base de comparação, a produção brasileira cresceu 0,7%.

Tabela 6 - Variação (%) e produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo – agosto de 2020

	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
Produção	133.516	3.086.931	3.926.721	6.356	236.636	276.613
Variação (%) - acumulada no ano	9,2%	12,5%	11,8%	-14,4%	-10,8%	-19,1%
Variação (%) - jul.20/ jul.19	0,1%	3,3%	2,6%	-9,7%	-20,4%	-53,5%
Variação (%) - jul.20/jun.20	2,4%	0,3%	0,7%	3,5%	1,4%	1,7%

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

De acordo com o Instituto Aço Brasil³², o Espírito Santo produziu 3.242 mil toneladas de aço bruto no período de janeiro a agosto de 2020, que representou 16,4% do total produzido no Brasil. Apenas em agosto, o estado produziu

412 mil toneladas. Já a fabricação capixaba de semiacabados para venda e laminados totalizou 2.419 mil toneladas (12,8% do total nacional) no acumulado do ano, sendo 258 mil toneladas em agosto.

³⁰ O IBGE não divulga quais produtos impactaram o resultado do setor na base de comparação mês contra mês imediatamente anterior.

³¹ Essas informações analisadas na edição de agosto do Boletim Econômico Capixaba: https://portaldaindustria-ibge.com.br/system/repositories/files/000/000/747/original/Boletim-Agosto_2020.pdf?1598643021

³² Veja mais em: https://acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2020/09/EM_Agosto_2020_335238198.pdf

A partir da segunda quinzena de outubro de 2020, a produção do setor metalúrgico no Espírito Santo será beneficiada pela reativação do alto-forno nº3 da ArcelorMittal Tubarão. O equipamento estava desligado desde abril deste ano por causa da conjuntura econômica desfavorável gerada pela pandemia da Covid-19, que levou à queda na demanda mundial de aço. Com isso, a empresa operará seus três altos-fornos de Tubarão, mas com a capacidade reduzida³³.

No que se refere ao comércio internacional, no acumulado de janeiro a agosto de 2020, o valor das vendas externas da indústria do Espírito Santo caiu em -23,6% (US\$ -1,5 bilhão) frente ao mesmo período do ano anterior, enquanto a variação das exportações nacionais do setor foi de -9,8%. A redução das exportações capixabas segue sendo influenciada pelo desempenho externo nas atividades de extração de minerais metálicos (US\$ -558,9 milhões), metalurgia (US\$ -340,2 milhões), extração de petróleo e gás natural (US\$ -317,5 milhões), fabricação de celulose, papel e

e produtos de papel (US\$ -169,2 milhões) e fabricação de produtos de minerais não-metálicos (US\$ -105,5 milhões).

Em contrapartida, o valor exportado nesses oito meses cresceu nas atividades capixabas de extração de minerais não-metálicos (+US\$ 15,1 milhões), fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (+US\$ 12,8 milhões), fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+US\$ 835,8 mil), fabricação de produtos diversos (+US\$ 777,7 mil) e fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (+US\$ 469,1 mil).

Nenhuma dessas atividades citadas são pesquisadas pela PIM-PF do Espírito Santo³⁴.

Tabela 7 - Principais atividades industriais exportadoras do Espírito Santo – agosto de 2020

Atividades industriais*	Jan - Ago 2019		Jan - Ago 2020	
	US\$ milhões	Part. no total da indústria	US\$ milhões	Part. no total da indústria
Extração de Minerais Metálicos	2.525,7	39,21%	1.966,7	39,96%
Metalurgia	1.513,4	23,49%	1.173,2	23,84%
Extração de Petróleo e Gás Natural	838,8	13,02%	521,3	10,59%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	662,7	10,29%	493,5	10,03%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	591,3	9,18%	485,8	9,87%
Extração de Minerais Não-Metálicos	111,7	1,73%	126,8	2,58%
Fabricação de Produtos Alimentícios	83,1	1,29%	61,5	1,25%
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	38,9	0,60%	32,9	0,67%
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	0,1	0,00%	12,9	0,26%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	9,5	0,15%	9,7	0,20%
Demais atividades	66,4	1,03%	37,8	0,77%
Total da indústria	6.441,6	100,00%	4.922,0	100,00%

(*) Cnae 2.0

Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies/ Findes

³³ Veja mais em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/09/23/pademia-derruba-consumo-de-aco-e-queda-na-regiao-deve-ser-de-145.ghtml>

³⁴ Para saber mais sobre a metodologia da PIM-PF, veja a seção de destaque do Boletim Econômico de fevereiro de 2020: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/508/original/Boletim-Fevereiro_2020.pdf?1582922546

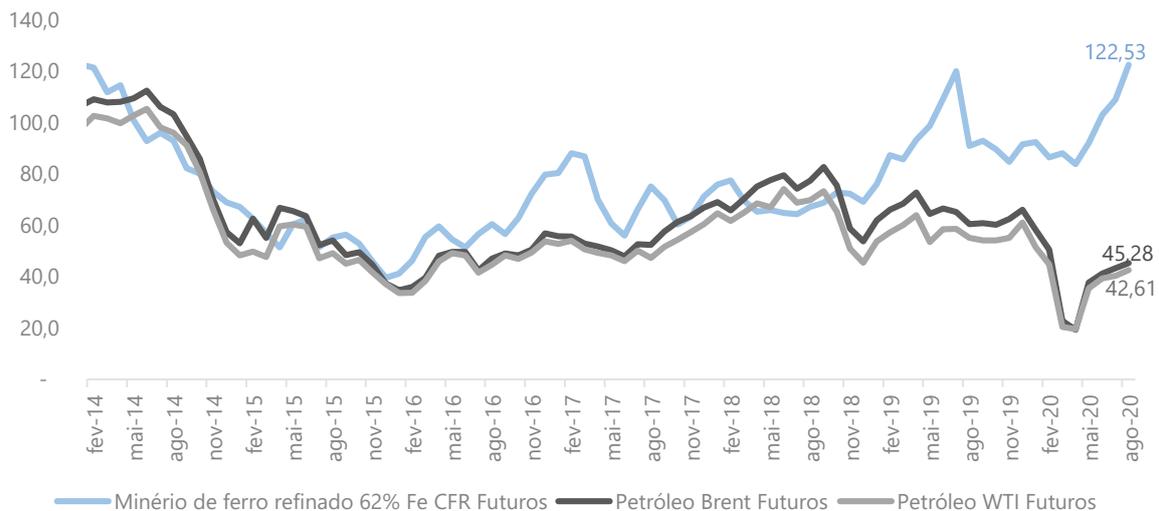
Na passagem de julho para agosto, o valor das exportações industriais do Espírito Santo cresceu 20,1% e totalizou US\$ 365,2 milhões neste último mês.

As maiores expansões ocorreram nas atividades da metalurgia (+US\$ 51,7 milhões), da extração de petróleo e gás natural (+US\$ 37,7 milhões), da fabricação de produtos de minerais não-metálicos (+US\$ 19,0 milhões) e da fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (+US\$ 12,0 milhões). Esta última foi influenciada pela exportação do produto motores de explosão para aviação (US\$ 11,8 milhões).

Em agosto, a cotação internacional das principais commodities produzidas no Espírito permaneceu com trajetória de recuperação, após uma forte depreciação no período de fevereiro a maio de 2020.

O valor dos contratos futuros de minério de ferro refinado cresceu 12,5% frente a julho, bem como o petróleo WTI que avançou 5,8% e o Brent que aumentou 4,6%. O aumento dessas cotações sinaliza uma expansão da demanda internacional por esses produtos. E, como a indústria capixaba é sensível ao cenário externo, a melhora desses preços já demonstra reflexos positivos sobre a produção e as exportações da indústria capixaba.

Gráfico 9 – Evolução mensal das cotações do petróleo, Brent e WTI, e do minério de ferro



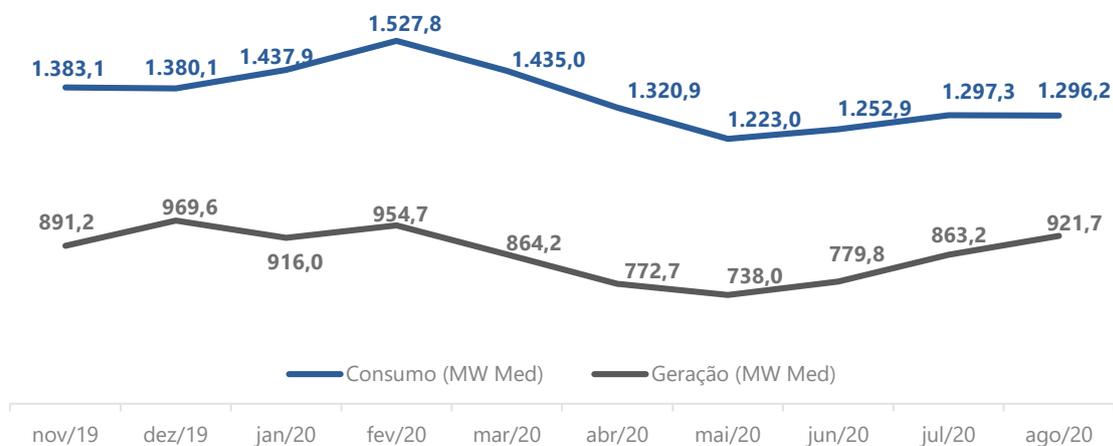
Fonte: Investing.com
Elaboração: Ideies / Findes

Outro aspecto positivo para a indústria do Espírito Santo é a expansão da geração de energia elétrica (921,7MW Med) em agosto de 2020 (gráfico 10)³⁵.

Em comparação com o mesmo mês de 2019, a geração no estado aumentou em 18,6%, enquanto a nacional cresceu em 0,2%.

³⁵ Os dados da CCEE são uma prévia da medição dos dados de geração e consumo de energia elétrica no mês corrente, a posição líquida contratual dos consumidores livres e especiais e a previsão do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. É uma base vastamente utilizada pelos analistas do mercado de energia elétrica.

Gráfico 10 – Geração e consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW Med



Fonte: CCEE

Elaboração: Ideies / Findes

O consumo total de eletricidade em agosto (1.296,2 MW Med) ficou -4,1% abaixo do registrado no mesmo mês em 2019. Apesar disso, alguns ramos de atividades industriais expandiram o consumo de eletricidade nessa base de comparação: alimentícios (4,4%); bebidas (45,4%);

manufaturados diversos (19,2%); metalurgia e produtos de metal (13,2%); e minerais não-metálicos (49,2%). Esse resultado positivo sinaliza para um ganho de ritmo na produção desses setores.

Tabela 8 – Geração e consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW med

Setor	Ramo de Atividade	jul/20	ago/19	Varição ago 20 / ago 19
indústria geral	Alimentícios	20,4	20,7	4,4%
	Bebidas	1,0	1,1	45,4%
	Extração de minerais metálicos	101,0	94,1	-41,8%
	Madeira, papel e celulose	16,9	13,8	-1,1%
	Manufaturados diversos	14,8	15,0	19,2%
	Metalurgia e produtos de metal	142,0	163,6	13,2%
	Minerais não-metálicos	68,8	69,3	49,2%
	Químicos	50,0	40,7	-3,4%
	Têxteis	0,04	0,04	s/f
Demais	Comércio	20,1	20,6	13,2%
	Saneamento	1,0	1,2	72,8%
	Serviços	60,3	54,8	-27,1%
	Telecomunicações	2,3	2,6	39,9%
	Transporte	0,3	0,3	59,0%
	Veículos	2,4	2,6	3,8%

Nota: s/f corresponde à "sem informação divulgada" pela CCEE.

(*) Cnae domiciliar

Fonte: CCEE

Elaboração: Ideies / Findes

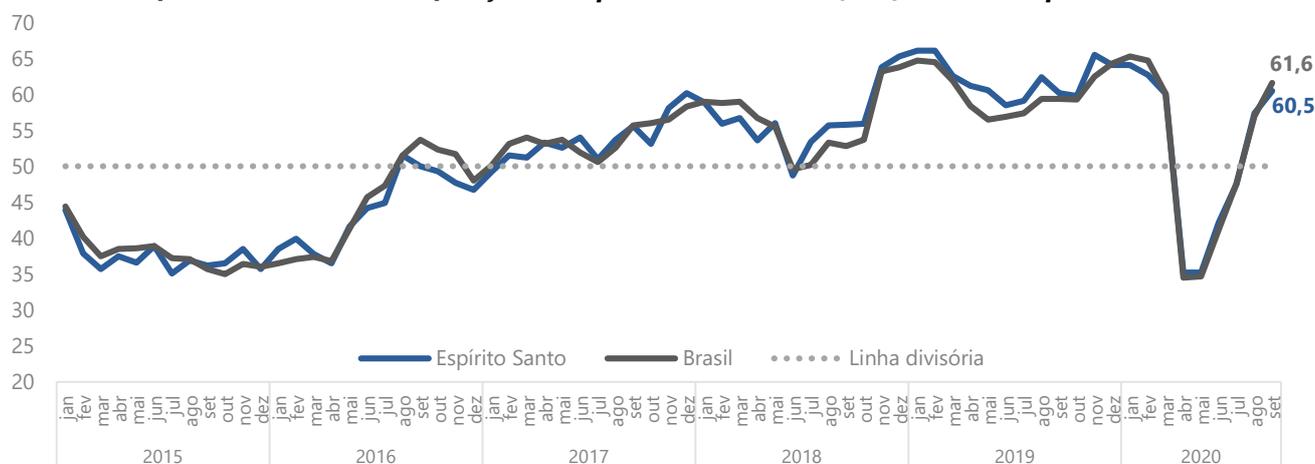
No âmbito das expectativas, a confiança do empresário industrial sobre a economia no Espírito Santo, medido pelo ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial), expandiu 3,1 pontos na passagem de agosto para setembro de 2020.

Ao crescer pela quarta vez consecutiva, o ICEI atingiu o maior valor para o indicador desde fevereiro (62,7 pontos), indicando que o

empresário industrial capixaba retomou o nível de confiança anterior ao início da pandemia de Covid-19.

Em setembro, os industriais enxergaram melhora da situação atual para os negócios pela primeira vez após cinco meses de avaliação negativa.

Gráfico 11 – Índice de confiança do empresário industrial (ICEI), Brasil e Espírito Santo



Fonte: Pesquisas Primárias/CNI
Elaboração: Ideies/ Findes

4. Preços, Juros e Crédito

Em agosto, a inflação oficial (IPCA) no Brasil acumulada em 12 meses foi de 2,44%, acima da verificada em julho (2,31%), porém ainda abaixo do piso da meta que é de 2,50%³⁶. Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o IPCA acumulado em 12 meses ficou em 2,45%.

No acumulado do ano, o índice de preços do Brasil registra alta de 0,70%. A RMGV, nesta mesma base de comparação, teve uma alta no IPCA de 0,92%. Já o índice mensal da RMGV registrou deflação em agosto³⁷ de -0,03%, e outras quatro regiões pesquisadas pelo IBGE³⁸ também apresentaram queda nos preços em agosto. No Brasil, o índice mensal desacelerou na passagem de julho (0,36%) para agosto (0,24%).

Tabela 9 - Variação (%) do IPCA – Agosto de 2020

Período	Brasil	Grande Vitória
Índice Mensal	0,24	-0,03
Preços Livres	0,05	-0,29
Preços Administrados	0,78	0,61
Acumulado no Ano	0,70	0,92
Preços Livres	1,00	0,89
Preços Administrados	-0,21	1,03
Acumulado em 12 meses	2,44	2,45
Preços Livres	2,90	2,64
Preços Administrados	1,12	1,96

Fonte: IBGE e Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

Nota: (1) Os “preços administrados”, segundo definição do Banco Central, referem-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público.

³⁶ Para 2020, o centro da meta de inflação é de 4,00%.

³⁷ Em abril e maio, a RMGV também registrou queda nos preços, impactados pelos efeitos deflacionários das medidas de distanciamento social para controle da pandemia de Covid-19.

³⁸ Os outros capitais que registraram deflação foram Aracaju (-0,30%), Fortaleza (-0,23%), Rio de Janeiro (-0,13%) e Belém (-0,04%).

Embora a variação do IPCA do país (0,70%) entre janeiro e agosto de 2020 seja a menor desde o Plano Real (1994), a análise dos grupos revela que a inflação em Alimentação e bebidas (4,91%) é 4,21 pontos percentuais superior do que a registrada pelo índice geral, ao passo que os grupos de transportes (-3,46%) e vestuário (-3,21%) têm contribuído para manter a inflação acumulada no ano em baixo patamar. Em 2019, o IPCA do Brasil acumulado de janeiro a agosto foi de 2,54%.

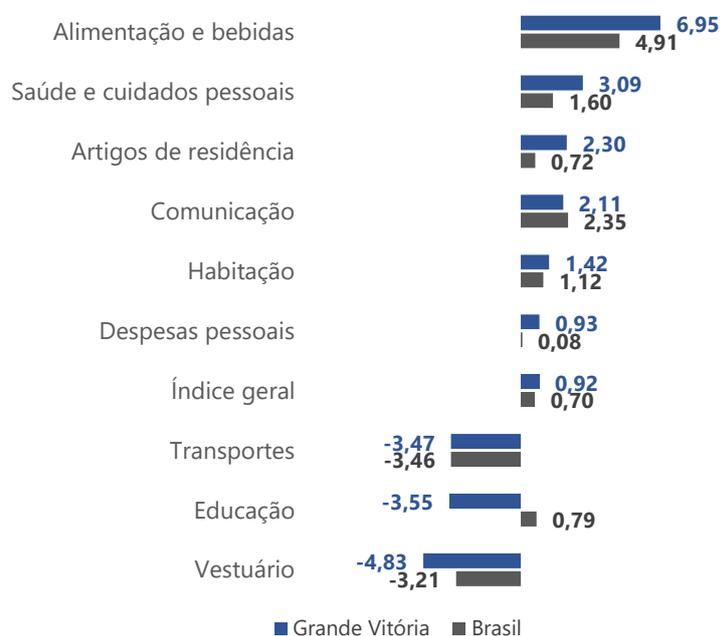
Na RMGV, a inflação dos alimentos e bebidas é ainda maior (6,95%) do que a média do Brasil. Em contrapartida, os grupos vestuário (-4,83%), educação (-3,55%)³⁹ e transportes (-3,47%) apresentaram queda nos preços em 2020.

Conforme argumentado na Seção de Destaque, os preços dos alimentos nos últimos meses sofreram impactos da desvalorização do câmbio, da maior demanda externa, do aumento do consumo em domicílio, do aumento com os custos de embalagem e de alguns produtos agrícolas que se encontram na entressafra⁴⁰.

Em agosto, a análise mensal do IPCA na RMGV mostra que o índice continuou desacelerando em relação a junho (0,56%) e julho (0,21%) e voltou a registrar deflação (-0,03%). Pelo lado das quedas, o grupo educação (-8,62%) foi o que mais contribuiu para o resultado do mês, com a maior contribuição negativa (-0,50 pontos percentuais). Pelo lado das altas, destaca-se a variação do grupo alimentação e bebidas que saiu de uma deflação em julho (-0,55%) e registrou uma aceleração nos preços em agosto de 1,72%, que teve o maior impacto positivo (0,28 p.p.) no IPCA da Grande Vitória.

De acordo com o IBGE, as altas em componentes básicos da alimentação do brasileiro, como o arroz e feijão, contribuiu para elevar a percepção de inflação nas prateleiras dos mercados⁴¹. Na RMGV, os destaques foram o tomate (44,47%), o óleo de soja (12,45%) e o leite longa vida (4,47%) no índice mensal.

**Gráfico 12 - IPCA por grupos de produtos e serviços
Variação acumulada de janeiro a agosto de 2020 (%)**



Fonte: IBGE e Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 10 – Impacto* (p.p.) de cada grupo no IPCA do Brasil e da Grande Vitória – Agosto de 2020

Grupo	Brasil	Grande Vitória
Índice Geral	0,24	-0,03
Alimentação e bebidas	0,15	0,28
Habitação	0,05	-0,02
Artigos de residência	0,02	0,02
Vestuário	-0,03	0,00
Transportes	0,16	0,02
Saúde e cuidados pessoais	0,07	0,08
Despesas pessoais	0,00	0,01
Educação	-0,22	-0,50
Comunicação	0,04	0,08

Nota: (*) O impacto de cada grupo na variação mensal do IPCA levando em consideração o peso dos grupos no índice de preços. O somatório desses impactos em pontos percentuais (p.p.) constitui o resultado do índice de preços.

Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

³⁹ Devido à suspensão das aulas presenciais em meio à pandemia de Covid-19, a realização da coleta de preços em agosto capturou os descontos que várias instituições de ensino concederam nos preços das mensalidades entre abril e julho, fazendo com o que os preços dos cursos regulares recuassem -4,28% no acumulado do ano. A nota técnica 02/2020 do IBGE informou a manutenção da metodologia empregada para a realização de coleta de preços do item "Cursos regulares". Para mais detalhes, acesse as informações técnicas do IPCA em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=notas-tecnicas>.

⁴⁰ Veja mais em <https://www.agazeta.com.br/es/economia/entenda-por-que-os-precos-dos-alimentos-estao-subindo-0920>. E veja mais em <https://tribunaonline.com.br/arroz-leite-carne-e-ovos-vaio-subir-mais-e-pode-faltar-produtos-nas-lojas>.

⁴¹ Veja mais em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28816-gasolina-e-alimentos-puxam-alta-de-0-24-da-inflacao-em-agosto>.

Para o Brasil, a análise mensal do índice de preços mostra que a alta nos preços do grupo transportes (+0,82%) teve o maior impacto (+0,16 p.p.) no resultado do IPCA de agosto, seguido pelo grupo alimentação e bebidas (+0,78%). Já o grupo com a maior contribuição negativa para o IPCA do país no mês foi o de educação (variação de -3,47% e impacto de -0,22 p.p.).

Com esses resultados e como mencionado anteriormente, no acumulado dos 12 meses, a inflação oficial do país (2,44%) está abaixo da meta (4,00%) e do limite inferior da meta (2,50%). As expectativas para o IPCA em 2020 e decisão da autoridade monetária neste mês em manter a taxa Selic em 2,00% ao ano foram abordadas na Seção de Destaque.

Na análise conjuntural do mercado de crédito, o saldo da carteira de crédito no Brasil registrou um montante R\$ 3,7 trilhões, dos quais R\$ 1,6 trilhão foram destinados às empresas e R\$ 2,1 trilhões para as famílias. O saldo total apresentou uma variação interanual de 11,3% em julho, com uma aceleração em relação ao crescimento registrado em junho (9,9%), impulsionado pelo crescimento do

montante de crédito às empresas na comparação com julho de 2019.

Nesta base de comparação, o crédito direcionado acelerou-se na passagem de junho (3,1%) para julho (5,1%), puxado pelos recursos voltados às famílias (8,8%) e a recuperação do crédito direcionado voltado às empresas. O saldo de crédito livre cresceu entre junho (15,5%) e julho (16,1%), sendo esse efeito também observado nos recursos livres às empresas (de 23,3% para 26,1%), enquanto o crescimento do crédito livre às famílias foi menos intenso, desacelerando na passagem de junho (8,9%) para julho (8,3%).

Para o Espírito Santo, o montante de crédito totalizou R\$ 54,6 bilhões em julho e o saldo destinado às empresas capixabas foi de R\$ 22,9 bilhões, com um aumento de 12,8% em relação ao registrado em julho de 2019. Para as famílias, o crédito alcançou R\$ 31,7 bilhões, com um crescimento de 4,1% na comparação interanual.

Tabela 11 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador - Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Julho/2019			Junho/2020			Julho/2020		
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Crédito Total	-0,2	5,1	3.295,0	0,8	9,9	3.628,3	1,0	11,3	3.666,1
Pessoa Jurídica	-1,6	-1,7	1.396,2	1,1	11,8	1.586,7	1,2	15,0	1.605,7
Pessoa Física	0,9	10,8	1.898,8	0,7	8,5	2.041,6	0,9	8,5	2.060,4
Recursos Livres	0,1	12,2	1.841,8	0,8	15,5	2.121,9	0,8	16,1	2.138,4
Pessoa Jurídica	-1,7	8,4	808,6	1,0	23,3	1.014,8	0,5	26,1	1.019,7
Pessoa Física	1,6	15,3	1.033,2	0,6	8,9	1.107,1	1,1	8,3	1.118,7
Recursos Direcionados	-0,6	-2,6	1.453,2	0,9	3,1	1.506,4	1,4	5,1	1.527,7
Pessoa Jurídica	-1,5	-12,9	587,6	1,1	-4,1	571,9	2,5	-0,3	586,0
Pessoa Física	0,0	5,9	865,6	0,7	8,0	934,5	0,8	8,8	941,7
Espírito Santo									
Credito Total	0,5	7,1	50,7	-0,8	7,0	54,0	1,1	7,6	54,6
Pessoa Jurídica	0,3	6,4	20,3	-2,8	11,6	22,6	1,3	12,8	22,9
Pessoa Física	-0,7	7,6	30,5	0,7	3,9	31,4	0,9	4,1	31,7

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior (variação em 12 meses).

Fonte: Banco Central do Brasil.

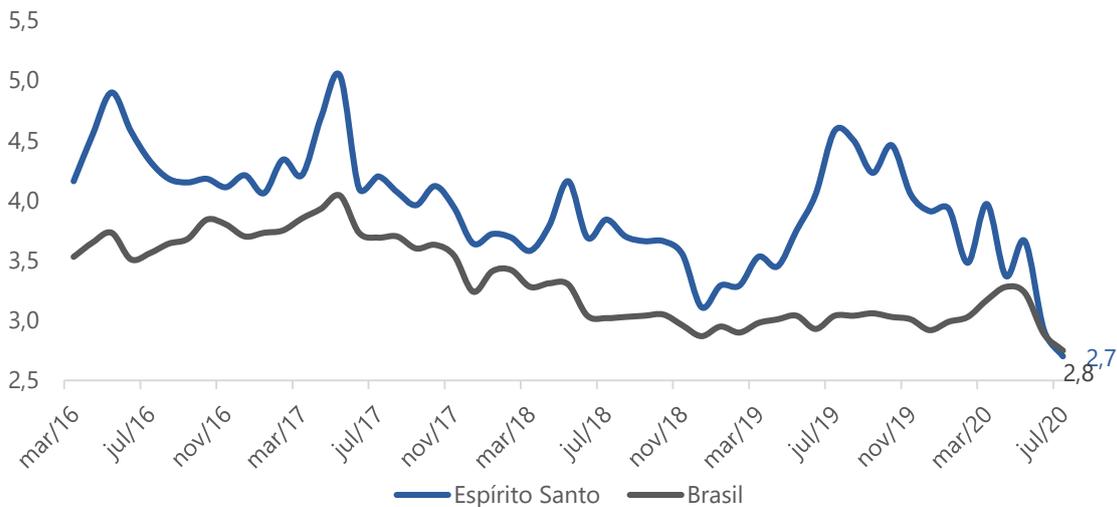
Elaboração: Ideies / Findes

A taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil recuou novamente e ficou em 2,8% no mês de julho, devido às quedas na inadimplência das operações de crédito com as empresas e com as famílias.

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência saiu de 2,9% para 2,7% na passagem de junho para

julho. A queda na inadimplência das operações de crédito com empresas (-0,3 p.p.) foi ligeiramente maior do que a das operações de crédito com as famílias capixabas em julho (-0,2 p.p.). A taxa de inadimplência para as empresas e famílias capixabas ficaram, respectivamente, em 1,5% e 3,5% no mês de julho.

Gráfico 13 – Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil

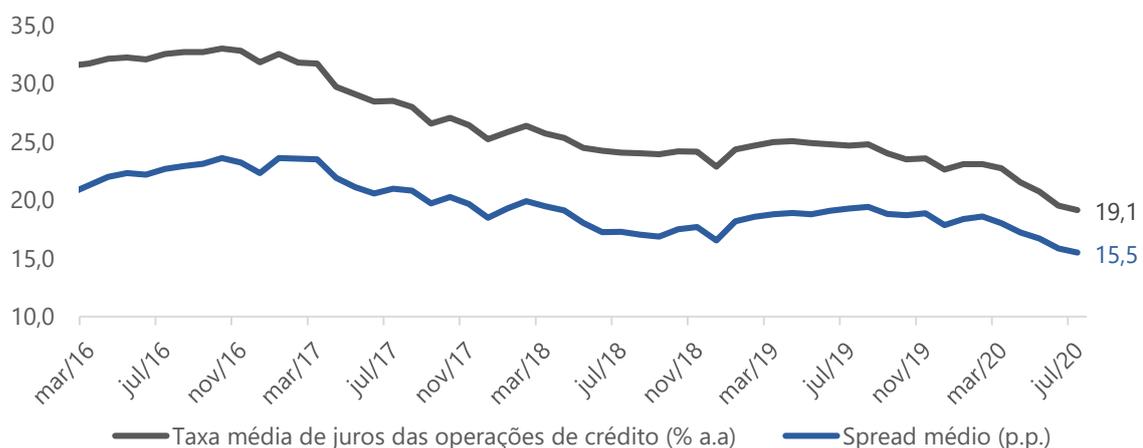


Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ideies / Findes.

A taxa média de juros no país atingiu 19,1% a.a. em julho, com uma redução de 0,4 p.p. em relação à taxa de junho, influenciada pelas reduções das taxas de juros das operações do mercado de crédito nas modalidades de pessoas físicas. Em julho de 2019, a taxa média de juros ficou em 24,7% e desde então o custo do crédito no Brasil vem apresentando uma trajetória de queda.

Seguindo o movimento das taxas médias de juros, o spread médio bancário no Brasil registrou queda de 0,3 p.p. na passagem de junho (15,8 p.p.) para julho (15,5 p.p.).

Gráfico 14 – Taxa média de juros e spread médio bancário das operações de crédito no Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Findes

Na análise das taxas médias de juros praticadas pelas principais instituições financeiras, na comparação dos dados da primeira semana de setembro em relação à primeira semana de agosto, observa-se aumento na variação média total das taxas de juros ao mês e ao ano cobradas por estas instituições nas modalidades de capital de giro superior a 365 dias, de desconto de duplicatas e de adiantamento sobre contratos de. As taxas de juros cobradas nas modalidades de capital de giro até 365 dias e de conta garantida registraram queda na comparação

entre as primeiras semanas de agosto e setembro.

Para o Banestes, as taxas médias de juros mensal e anual recuaram na linha de crédito de capital de giro de curto prazo (até 365 dias) ao mês (-1,0 p.p.) e ao ano (-15,7 p.p.). Após ter registrado queda de -13,7 p.p. ao ano na primeira semana de agosto, as taxas da linha de crédito de capital de giro de longo prazo (acima de 365 dias) em setembro aumentaram 1,1 p.p. e 17,0 p.p., respectivamente, ao mês e ao ano.

Tabela 12 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 01/09/2020 a 08/09/2020

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,0	12,3	0,8	10,5	2,6	35,6	1,1	14,6	0,3	3,6
Caixa Econômica	1,9	25,6	1,2	15,1	-	-	1,6	20,6	0,4	5,0
Santander	1,4	18,6	1,3	16,7	1,7	22,8	0,6	7,2	0,3	3,2
Itaú-Unibanco	0,8	9,4	1,1	14,4	2,6	36,3	0,9	11,1	0,3	3,6
Bradesco	1,3	17,2	0,9	11,5	2,6	36,1	0,8	9,9	0,3	3,5
Banestes	1,9	25,8	2,6	36,5	2,2	30,3	1,7	22,4	0,8	9,6
Média Total	1,3	16,6	1,1	13,6	2,4	32,7	1,0	12,7	0,3	3,8
Varição Banestes*	-1,0	-15,7	1,1	17,0	-0,1	-1,4	0,1	2,0	0,1	0,9
Varição média total*	0,2	2,7	-0,2	-2,3	-0,1	-1,9	0,0	-0,6	0,0	-0,6

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 03/08/2020 a 07/08/2020

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Findes

Box 2 - Programas de crédito público federal e estadual destinados às empresas afetadas pela Covid-19

A respeito dos principais programas públicos de crédito federal destinados às empresas de pequeno porte afetadas pela pandemia de Covid-19, os desembolsos

somam R\$ 37,8 bilhões de acordo com o "empresômetro"⁴².

Tabela 13 - Programas de crédito público federal destinados a empresas afetadas pela Covid-19

(em R\$ milhões) *

Programas de crédito público federal ¹	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Total
BNDDES/FGI	-	-	-	4.213,50	6.189,08	10.402,58
BNDDES Giro	-	-	-	2.261,80	-	2.261,80
Pronampe/FGO	-	-	823,53	17.871,66	-	18.695,40
Pese	322,66	1.919,47	2.286,71	-	-	4.528,84
Fampe	14,45	852,26	903,67	150,98	-	1.921,35
Total						37.809,97

Nota *: Programas do governo federal também são operados por bancos autorizados em nível estadual.

Nota 1: BNDDES Giro até 29/07, BNDDES/FGI até 05/08, Pronampe/FGO até 02/08, Fampe 31/07 e o programa Pese até 30/06.

Não houve valor contratado em setembro, de acordo com o painel do Ministério da Economia.

Fonte: Portal do Empreendedor.

Elaboração: Ideies/Findes.

⁴² Lançado neste mês, o empréstometro é uma ferramenta que permite acompanhar os valores contratados por meio dos principais programas público de crédito. Veja painel em <https://bit.ly/2WMLBLI>

Sobre os programas de crédito público operados pelos bancos estaduais para enfrentar à crise, o Banestes junto ao Banes e à Aderes liberaram, aproximadamente,

R\$ 392,5 milhões em operações de crédito emergencial desde março, para atender às empresas que sofreram impactos decorrentes da pandemia (Ver tabela 14).

Tabela 14 - Programas de crédito público estadual destinados a empresas afetadas pela Covid-19 (em R\$ milhões)

Programas que operam a nível de estado ¹	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Total
1. Linha de Crédito Emergencial Banes e Banestes	-	130,00	150,90	190,30	206,80	220,20	220,20
2. Linha de Crédito Aderes e Banestes – Nossocrédito Emergencial (Programa Nossocrédito)	-	10,00	18,40	22,10	27,00	31,40	31,40
3. Linhas do Fundo de Aval – (01) Microcrédito Emergencial Covid-19	-	2,70	9,90	15,10	20,20	22,70	22,70
4. Linhas do Fundo de Aval – (02) Capital de Giro Covid-19	-	0,27	0,46	0,70	0,89	0,98	0,98
5. Linha de Crédito – Capital de Giro Pronampe	-	-	-	-	-	117,20	117,20
Total de linhas de crédito							392,48
5. Reparcimento de operações de crédito em até 180 dias		400,00	567,00	567,00	739,60	810,00	810,00

Nota 1: Dados acumulados desde o mês de março. As datas consideradas são 29/05, 29/06, 20/07, 17/08 e 21/09.

Fonte: Banestes.

Elaboração: Ideies/Findes.

Com a criação da Lei nº 14.043/2020 no dia 19 de agosto, o Banestes anunciou uma liberação de cerca de R\$ 190 milhões para linha de capital de giro no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Essa nova linha de crédito poderá ser contratada por micro e pequenas empresas que tiveram um faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões em 2019. O valor máximo disponibilizado para a empresa será até 30% da receita bruta anual do

exercício de 2019 a uma taxa de 1,25% a.a. acrescidos da taxa Selic, com prazo de 36 meses para o pagamento do saldo devedor (carência de 8 meses e 28 meses de prestações)⁴³.

Até o último balanço do Banestes, do dia 21 de setembro, a nova linha de crédito para Capital de Giro no âmbito do Pronampe constava com 1.850 contratos e o banco estadual já havia liberado mais de R\$ 117,2 milhões.

5. Finanças Públicas Estaduais

Os dados das finanças públicas do Governo do Espírito Santo mostram que no mês de agosto houve queda de -14,4% nas receitas em comparação ao mesmo mês do ano passado.

Na mesma base de comparação, havia ocorrido quedas mais fortes nos primeiros meses da pandemia, em abril (-32,7%) e maio (-25,1%) e posterior recuperação nos meses de junho (8,9%) e julho (15,6%), devido aos repasses do Governo Federal para auxiliar os estados durante a crise.

Em relação ao mês de agosto, em comparação ao mesmo

mês de 2019, ainda houve um recebimento extra de R\$ 250 milhões via transferências da União como auxílio ao enfrentamento da pandemia. No entanto, a queda em outras fontes, como os R\$ 306 milhões a menos recebidos via Participações Especiais referente às atividades de exploração de petróleo, contribuíram para uma redução da receita total no mês.

No acumulado do ano, as receitas entre janeiro e agosto de 2020 caíram -9,9% em relação ao mesmo período de 2019, totalizando R\$ 12,0 bilhões⁴⁴. Já as despesas somaram R\$ 9,6 bilhões, alta de 2,7% no período em análise.

⁴³ Veja mais informações em https://www.banestes.com.br/informes/2020/2020_08_19_01.html

⁴⁴ A diferença entre as receitas totais (R\$ 12,0 bi) e as despesas totais (R\$ 9,6 bi) do Governo do Estado de janeiro a agosto, que corresponde a R\$ 2,4 bilhões, não se trata de resultado de caixa ou de resultado primário, por incluir todas as receitas recebidas e todas as despesas liquidadas pelo Poder Executivo, tratando-se apenas de um acompanhamento de fluxo orçamentário. Algo a ser destacado é que o Portal da Transparência do ES (fonte dos dados) ainda aponta a despesa referente ao Poder Judiciário (R\$ 649 milhões), que não é englobada nas análises deste Boletim.

Tabela 15 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2019 e 2020 (em R\$ milhões)¹

Receitas e despesas ²	Jan - Ago 2019 (a)	Jan - Ago 2020 (b)	Varição (R\$) 2020-2019 (b) - (a)	Varição (%) 2020/2019 (b) / (a)	Previsão 2020 (c)	Realizado 2020 (%) (b) / (c)
Receita Total	13.367	12.045	-1.322	-9,9	19.749	61,0
Receita Tributária	9.140	8.730	-410	-4,5	13.067	66,8
ICMS Total	7.650	7.281	-369	-4,8	10.821	67,3
ICMS - Comércio	1.464	1.565	101	6,9	2.059	76,0
ICMS - Indústria	1.241	1.019	-222	-17,9	1.585	64,3
Outras Receitas Tributárias	1.490	1.449	-41	-2,7	2.247	64,5
Transferências Correntes	3.789	4.289	500	13,2	5.848	73,3
FPE	1.066	947	-119	-11,2	1.518	62,4
IPI	138	121	-17	-12,3	209	57,6
Royalties e Part. Especiais	1.366	915	-451	-33,0	2.257	40,6
Demais Transf. Correntes	1.219	2.306	1.087	89,2	1.864	123,7
Demais Receitas	4.278	2.689	-1.589	-37,1	6.112	44,0
(-) Deduções da Receita	-3.840	-3.663	177	-4,6	-5.278	69,4
Despesa Total	9.369	9.626	256	2,7	18.775	51,3
Pessoal e Encargos Sociais	5.858	5.580	-278	-4,8	10.917	51,1
Investimentos	372	678	306	82,2	1.731	39,2
Demais Despesas	3.139	3.368	229	7,3	6.126	55,0

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de agosto/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

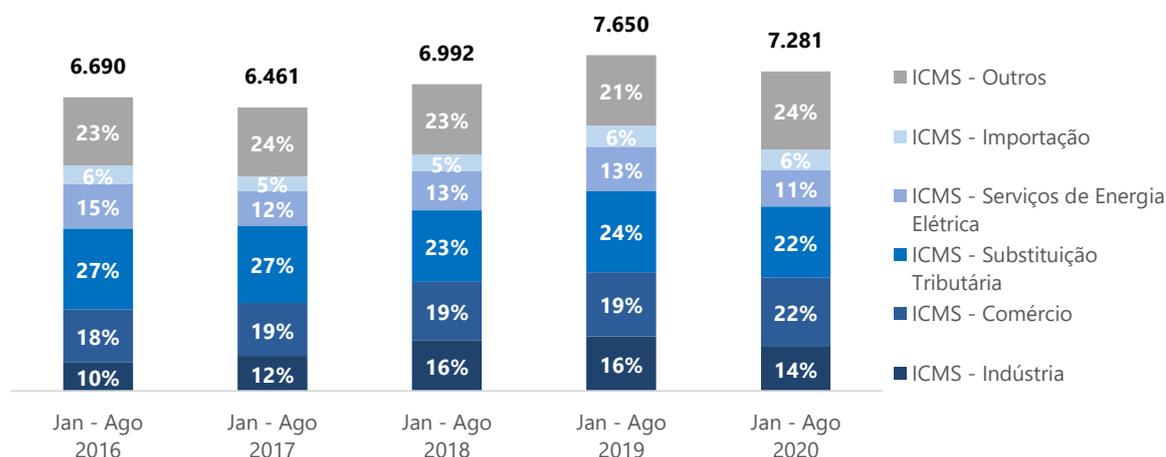
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Em relação às receitas tributárias, o acumulado até agosto mostra uma retração de -4,5% em sua arrecadação, com os maiores impactos tendo sido observados de abril a junho.

As receitas de ICMS, principal imposto componente das receitas tributárias, caiu -4,8% no ano, com destaque para a diminuição nos montantes do ICMS-Indústria (-17,9%) e do ICMS-Serviços de Energia Elétrica (-16,4%).

Gráfico 15 - Receitas de ICMS (em R\$ milhões) e participação (%) por setor – Governo do Espírito Santo



Nota: Valores deflacionados pelo IPCA de agosto/2020

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

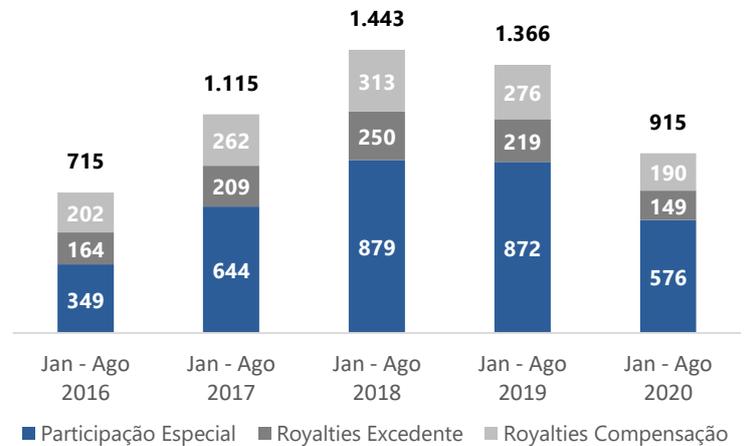
As transferências correntes, que são compostas, principalmente, por repasses da União ao Governo do Estado, registraram quedas no acumulado do ano em relação ao Fundo de Participação dos Estados – FPE (-11,2%) e na cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (-12,3%). Também na categoria de transferências, as receitas do petróleo, que compreendem os valores recebidos em royalties e em participações especiais, têm atravessado 2020 em patamares mais baixos do que nos três anos anteriores e essa diferença se ampliou em agosto.

Na comparação contra o período de janeiro a agosto de 2019, a redução é de um terço nas receitas do petróleo, representando R\$ 450 milhões a menos nos cofres do estado (gráfico 16).

No entanto, a variação do total das transferências correntes até agosto de 2020 é positiva na comparação com o mesmo período de 2019, tendo crescido 13,2%. Isso porque as rubricas enquadradas em “demais transferências correntes”, que incluem os repasses do SUS e os auxílios federais aos estados durante a pandemia, apresentam elevação de 89,2%, mais do que compensando as perdas registradas pelo FPE, IPI e receitas do petróleo.

No lado das despesas, os gastos com pessoal que representam parte significativa dos

Gráfico 16 - Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de agosto/2020

Nota 2: inclui royalties e participações especiais; não inclui os valores retroativos referentes ao acordo do Parque das Baleias

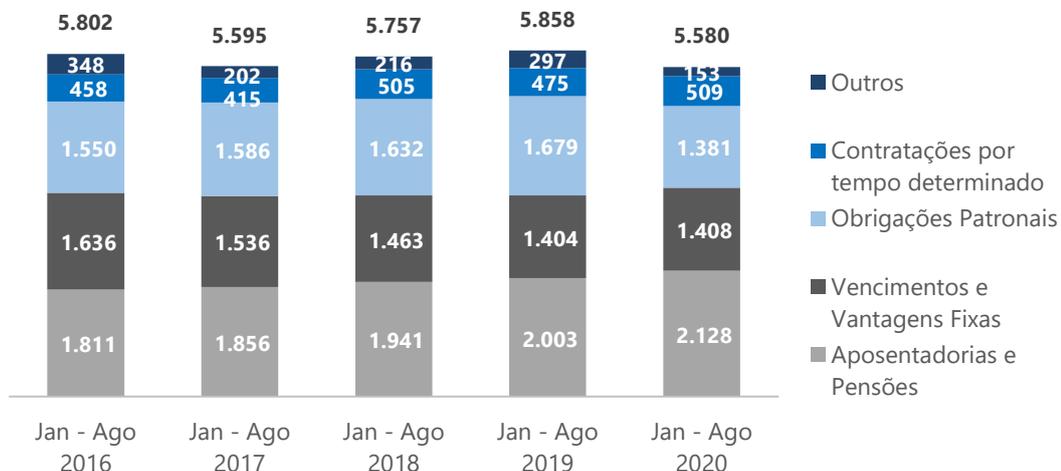
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

dispendios do governo estadual apresentam redução de -4,8% de janeiro a agosto quando comparado ao mesmo período de 2019.

A principal queda se dá na despesa com obrigações patronais (-17,8%) devido à redução da alíquota de recolhimento por parte dos poderes estaduais durante a pandemia. Os gastos com remuneração dos servidores ativos mantêm quase estabilidade (0,3%), enquanto o montante de aposentadorias e pensões se elevaram em 6,2%.

Gráfico 17 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de agosto/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

A análise das despesas do Governo do Estado sob a ótica da função do gasto público mostra significativo crescimento dos dispêndios em saúde (21,0%) em 2020, notadamente na subfunção de assistência hospitalar e

ambulatorial, que engloba gastos com equipamentos, materiais de consumo, obras e instalações e contratações de serviços privados hospitalares e ambulatoriais.

Tabela 16 - Despesas por função – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)

Funções	Jan - Ago 2019 (em R\$ milhões)	Jan - Ago 2020 (em R\$ milhões)	Participação em 2020 (%)	Varição (%) 2020/2019
Saúde	1.806,9	2.185,5	22,7%	21,0%
Previdência Social	2.010,0	1.739,8	18,1%	-13,4%
Educação	1.435,9	1.366,2	14,2%	-4,9%
Segurança Pública	1.483,4	1.141,4	11,9%	-23,1%
Encargos Especiais	904,7	914,7	9,5%	1,1%
Administração	436,2	829,2	8,6%	90,1%
Transporte	372,1	575,3	6,0%	54,6%
Direitos da Cidadania	376,6	367,2	3,8%	-2,5%
Agricultura	137,9	129,2	1,3%	-6,3%
Assistência Social	60,7	104,2	1,1%	71,7%
Outros*	344,9	272,7	2,8%	-20,9%
Total	9.369,3	9.625,6	100,0%	2,7%

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de agosto/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Nota 3: a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação, Trabalho.

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

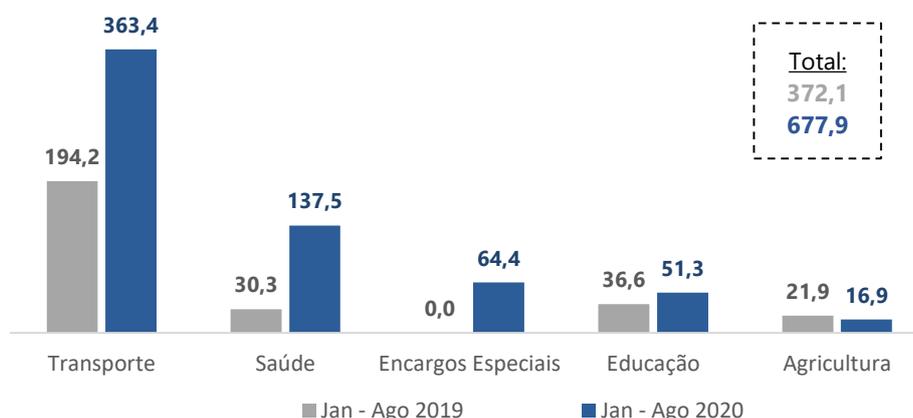
Essa ampliação dos gastos com a função de saúde no ano da pandemia também se observa no recorte das despesas realizadas com investimentos.

(354,0%) que saltaram de R\$ 30,3 milhões para R\$ 137,5 milhões.

De janeiro a agosto os investimentos somaram R\$ 677,9 milhões, alta de 82,2% em relação ao mesmo período de 2019. A maior ampliação percentual se deu nos investimentos em saúde

Outra função de investimentos que se destaca é a de transportes, com elevação de 87,1% em 2020 e totalizando R\$ 363,4 milhões. Estes gastos se concentram, principalmente, na subfunção de obras rodoviárias e viárias, em programas de desenvolvimento da logística e da infraestrutura e de mobilidade urbana.

Gráfico 18 - Principais Investimentos, por função (em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de agosto/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

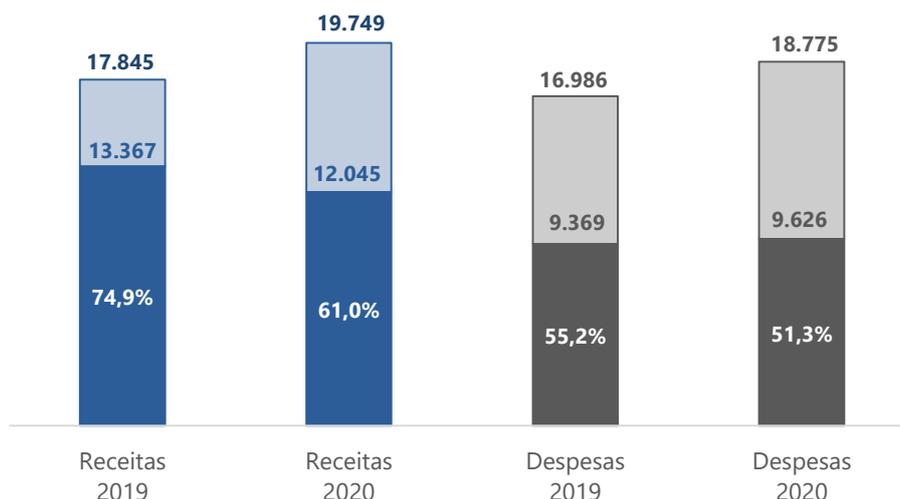
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Transcorridos dois terços (66%) do ano e tendo em vista os valores previstos na Lei Orçamentária Anual de 2020, a análise das finanças públicas estaduais até o mês de

agosto mostra que foram realizadas 61,0% das receitas orçadas para o ano, e foram gastos 51,3% das despesas previstas.

Gráfico 19 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em %) - Governo do Espírito Santo, janeiro a julho - 2019 e 2020



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de agosto/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES

Elaboração: Ideies / Findes

7. Comentários Finais

Neste mês de setembro foram conhecidos os resultados do PIB do 2º trimestre para o Brasil e para o Espírito Santo. Com maior impacto das medidas restritivas em função da pandemia, a atividade econômica no período entre abril e junho sofreu retração em todas as bases de comparação, tanto no país quanto no estado.

O PIB brasileiro, divulgado pelo IBGE, teve queda de -9,7% na passagem do 1º para o 2º trimestre e registrou retração de -2,2% quando comparado ao acumulado dos últimos quatro trimestres contra os quatro trimestres anteriores. Para o Espírito Santo, nessas mesmas duas bases de comparação, os resultados foram piores, de -12,2% e de -4,1%, respectivamente, segundo as estimativas do PIB capixaba calculadas pelo IAE-Findes.

Na passagem do trimestre o Brasil teve desempenho positivo em apenas um setor da economia, a agropecuária (0,4%), com quedas nos serviços (-9,7%) e na indústria (-12,3%). No estado capixaba os três setores tiveram retração de -3,2%, -9,9% e -20,4%, respectivamente.

Confirmados os fortes impactos já esperados no PIB do 2º trimestre, a análise dos indicadores de atividade econômica do Banco Central para o mês de julho traz boas notícias e apontam para uma retomada. O indicador nacional (IBC-Br) avançou 2,15% na passagem do mês, com resultados positivos para os três setores da economia. No Espírito Santo o indicador (IBCR-ES) registrou alta de 4,64% de junho para julho, também com melhoria em todos os setores.

Tanto no Brasil quanto no Espírito Santo, a evolução da indústria em julho foi destaque. A produção industrial nacional cresceu 8,0% na passagem do mês, enquanto a capixaba teve evolução de 28,3%.

Já em relação ao mercado de crédito, também houve crescimento na passagem de junho para julho. O saldo total da carteira de crédito subiu 1,0% para o Brasil e 1,1% para o Espírito Santo. Na comparação interanual, contra julho de 2019, a alta é de 11,3% e de 7,6%, respectivamente.

As taxas de inadimplência tiveram mais uma queda em julho, atingindo 2,8% nacionalmente e 2,7% em âmbito estadual. Da mesma forma, a taxa média de juros e o spread médio brasileiros reduziram no mês, chegando a 19,1% a.a. e 15,5% a.a., respectivamente.

No que diz respeito aos preços da economia, conforme visto na Seção Destaque deste Boletim, os índices oficiais de inflação, já referentes ao mês de agosto, revelam que o principal aumento neste ano tem sido no grupo de alimentação e bebidas, que entre janeiro e agosto de 2020 acumula alta de 6,95% na Região Metropolitana da Grande Vitória e de 4,91% no Brasil. Na passagem de julho para agosto, o IPCA nacional registrou aumento de 0,24%, enquanto na RMGV houve pequena deflação de -0,03%. O indicador acumulado em 12 meses mostra que a inflação no país é de 2,44%, quase idêntica à do estado (2,45%) e abaixo da meta de inflação para este ano (4,00%).

Com avaliação de um atual cenário de elevação da inflação no curto prazo, mas ainda com expectativas de mercado projetando que o IPCA de 2020 fique abaixo do piso da meta (2,50%), o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu pela manutenção da Selic em 2,00% a.a. na sua última reunião do dia 16 de setembro.

No âmbito das finanças públicas, no acumulado do ano entre janeiro e agosto as receitas do Governo do Espírito Santo caíram -9,9% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 12,0 bilhões. Já as despesas somaram R\$ 9,6 bilhões, alta de 2,7% nos primeiros oito meses do ano.

No Brasil, a queda na arrecadação conjugada com o

aumento de gastos, fez com que o governo reavaliasse a estimativa do resultado primário de 2020. A projeção anterior, que estimava um déficit de -R\$ 787,4 bilhões, foi atualizada para -R\$ 861,0 bilhões.

No campo político, e bastante interligado com a pauta econômica, no primeiro dia de setembro foi anunciada a prorrogação do Auxílio Emergencial até o final do ano, com mais quatro parcelas de R\$ 300 (metade do valor pago nas cinco parcelas anteriores). Já no dia 03 foi entregue pelo Governo Federal a PEC que trata da primeira das prováveis três etapas da reforma administrativa. O texto se concentrou na mudança para servidores públicos futuros, com proposta de extinção de alguns benefícios e da estabilidade para a maioria das carreiras do poder executivo em âmbito federal, estadual e municipal. Por outro lado, segundo o governo, os membros dos poderes Legislativo e Judiciário não foram incluídos por se tratar de uma proposta de iniciativa do Poder Executivo, mas isso poderá ser feito durante a tramitação no Congresso Nacional.

Ainda durante o mês de setembro, após episódios de desentendimento com membros da equipe econômica, o presidente Jair Bolsonaro decretou que não haveria mais discussões sobre o até então chamado "Renda Brasil", que poderia se consolidar como um novo programa de distribuição de renda que substituiria e seria mais amplo do que o Bolsa Família. No entanto, no dia 28 de setembro foi anunciado em reunião do governo com líderes partidários que um novo programa de transferência de renda, batizado de "Renda Cidadã", deverá ser apresentado junto a uma PEC emergencial, cujos detalhamentos deverão ocorrer nos próximos dias.

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Silvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Sumário Executivo – Rodrigo Taveira Rocha

Seção Destaque – Marcos Vinícius Chaves Morais e Jordana Teatini Duarte

Atividade Econômica – Jordana Teatini Duarte

Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer

Preços, Juros e Crédito – Marcos Vinícius Chaves Morais

Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha

Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

